



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO ANO LETIVO DE 2017

Porto Alegre, março de 2018.

LISTA DE QUADROS

QUADRO N.º 1 – CONCEITO DE AVALIAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO – LATO SENSU	6
QUADRO N.º 2 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO	7
QUADRO N.º 3 – CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO	7
QUADRO N.º 4 - CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECRENCIAMENTO	8
QUADRO N.º 5 – RESULTADOS COMPARATIVOS DOS EXAMES DA OAB.....	9
QUADRO N.º 6 – COMPARAÇÃO DO CONCEITO PRELIMINAR DO CURSO – CPC - 2012 2015	9
QUADRO N.º 7 – RESULTADOS COMPARATIVOS ENADE 2012 E 2015	10
QUADRO N.º 8 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA GRADUAÇÃO QUANTO À TITULAÇÃO (2015/2016/2017 – 1.º E 2.º SEM.)	27
QUADRO Nº 9 - DEMONSTRATIVO DO REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA GRADUAÇÃO (2015/2016/2017 – 1.º E 2.º SEM.)	27
QUADRO N.º 10 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2015-2017 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	33
QUADRO N.º 11 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE DIREITO – 2017	36
QUADRO N.º 12 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO I	38
QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO II	42
QUADRO N.º 14 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO III	57
QUADRO N.º 15 – GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO - 2015 A 2017¹	64
QUADRO N.º 16 - AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES CONVENIADAS ENTRE 2015 E 2017	68
QUADRO N.º 17 – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO OFERTADOS EM 2015, 2016 E 2017	72
QUADRO N.º 18 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS ENTRE 2015 E 2017..	78
QUADRO N.º 19 – ATIVIDADES DE PESQUISA DESENVOLVIDAS ENTRE 2015 E 2017...	80
QUADRO N.º 20 – ACADÊMICOS MONITORES - 2015/2017	84
QUADRO N.º 21 – NÚMERO DE ACADÊMICOS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE 2015 E 2017	85
QUADRO N.º 22 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO IV	93
QUADRO N.º 23 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (2015/2017 – 1.º E 2.º SEM.)	97
QUADRO N.º 24 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO V	105

¹ O parâmetro da avaliação tem como referência o grau máximo de 5,0.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP	12
1.2 A MANTENEDORA	12
1.3 ORGANOGRAMA.....	13
1.4 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE	14
1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	15
1.5.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO	15
1.5.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP	15
1.5.3 CARGA HORÁRIA TOTAL	15
1.5.4 NÚMERO DE CRÉDITOS	15
1.5.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO	15
1.5.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO	15
1.5.7 NÚMERO DE VAGAS	16
1.5.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO	16
1.5.9 DIMENSÕES DAS TURMAS	16
1.5.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	17
1.5.11 MISSÃO DO CURSO	17
1.5.12 VISÃO DO CURSO	17
1.5.13 VALORES DO CURSO	17
1.5.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO	18
1.5.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO	18
1.5.16 APRENDIZAGEM DESEJADA	19
1.5.17 PERFIL DO EGRESSO.....	19
1.6 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	21
SEGUNDA PARTE:	29
2 METODOLOGIA	30
TERCEIRA PARTE:	35
3 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Eixo I	37
3.1 EVIDÊNCIAS QUANTO A DIMENSÃO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	38
3.2 CONSIDERAÇÕES	38
4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Eixo II	41
4.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI.....	42
4.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL	44
4.3 CONSIDERAÇÕES	54
5 POLÍTICAS ACADÊMICAS	57
5.1 EVIDÊNCIAS QUANTO A DIMENSÃO POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	66
5.2 ATIVIDADES DE DESTAQUE EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	82
5.3 EVIDÊNCIAS QUANTO A DIMENSÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	88
5.4 EVIDÊNCIAS QUANTO A DIMENSÃO COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	90
6 POLÍTICAS DE GESTÃO	92
6.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL	93
6.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP	97
6.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	100
6.4 CONSIDERAÇÕES	101
7 INFRAESTRUTURA	104
7.1 EVIDÊNCIAS QUANTO A DIMENSÃO INFRAESTRUTURA FÍSICA	104
7.2 CONSIDERAÇÕES	106
8 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	109

1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei 10.861/2004 e com as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014, bem como decorrente da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Ação Anual, a Comissão Própria de Avaliação – CPA elaborou o Relatório Final de Autoavaliação, correspondente ao triênio (2015-2017).

O presente Relatório de Autoavaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) está dividido em quatro partes e tem como finalidades:

- a) caracterizar sumariamente a IES, seu Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e demais atividades curriculares desenvolvidas, partindo de dados consolidados no ano de 2017, correspondendo ao período de janeiro a dezembro, bem como das análises apresentadas nos relatórios anteriores (2015 e 2016);
- b) explicitar os referenciais e a metodologia utilizada pela CPA para a avaliação das ações previstas no PDI e nos seus planos de ação anuais;
- c) apresentar os resultados da avaliação externa e interna correspondente aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sinaes, de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014. sugerir soluções alternativas a serem implementadas em curto prazo pela Faculdade em seu Plano de Ação para o período de 2017/2018 e, a médio e longo prazos, visando aos processos de melhorias contínuas e adequações que incidam sobre as propostas registradas no PDI, no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito – PPC;
- d) comunicar e informar aos segmentos da comunidade acadêmica e comunidade em geral os resultados do processo de autoavaliação institucional.

A CPA, em seu processo de autoavaliação, propõe uma condução contínua de ações voltadas para diferentes níveis de abrangência com a finalidade de estabelecer parâmetros para os processos de planejamento e

desenvolvimento institucional. Busca em seus processos, diagnósticos pautados na análise de dados e de informações representativas e atualizadas, na medida em que apontam para uma visão de desenvolvimento institucional temporal.

A CPA baseou-se nas orientações da avaliação externa MEC/DAES/INEP - Diretrizes para a Avaliação Externa e nos documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2017. Neste sentido, é possível reconhecer que a Fundação Escola Superior no Ministério Público, instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, fundada em 1983, superou a cinco principais fases em sua trajetória de desenvolvimento institucional:

- a) **a primeira**, quando, como instituição não educacional, oferecia Cursos de Extensão, em especial, Cursos Preparatórios às Carreiras Públicas; com o objetivo de ampliar seus serviços comunitários na área de formação jurídica, passou a ofertar cursos de Pós-Graduação *lato sensu*²;
- b) **a segunda**, quando a Faculdade de Direito foi credenciada pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005, e autorizada a oferecer o Curso de Graduação em Direito, pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006;
- c) **a terceira** fase constituiu-se pelos processos de reconhecimento do curso de Graduação em Direito e pelo credenciamento institucional. O reconhecimento do Bacharelado em Direito aconteceu pela Portaria SERES n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3.11.2011. O credenciamento da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público ocorreu em 27.2.2013 pela Portaria do MEC n.º 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU n.º 40, p.32, de 28 de fevereiro de 2013.
- d) **a quarta** fase se consolidou com a expansão das atividades acadêmicas na modalidade de ofertas de cursos *lato sensu* a distância. O credenciamento da Faculdade de Direito – FMP para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância. A visita

² A autorização de oferta de Cursos de Pós-Graduação foi concedida pela Portaria MEC n.º 1.618, de 28 de outubro de 1999, publicada no DOU em 3/11/99.

ocorreu no período de 15/6/2016 a 18/6/2016 e resultou na confecção do Relatório de Avaliação nº 122138. O ato foi publicado pela Portaria do MEC n.º 191, de 6 de fevereiro de 2017.

e) **a quinta fase** constituiu o processo de reconhecimento de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de Mestrado Acadêmico, com nota atribuída de 3. O ato de reconhecimento foi publicado pela Portaria do MEC n.º 256, de 15 de fevereiro de 2017.

No ato de credenciamento da FMP para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* foram atribuídos os seguintes conceitos às dimensões avaliadas pelo Inep, o que conferiu Conceito Final 5. A comissão, em seu relatório, atribuiu os graus destacados nos quadros abaixo, indicando “condições muito boas para oferta de programas de pós-graduação Lato Sensu na modalidade EaD e possui infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades na modalidade, que foram comprovadas durante a avaliação “*in loco*”, de acordo com o parecer CNE/CES nº 669/2016.

QUADRO N.º 1 – CONCEITO DE AVALIAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO – LATO SENSU

Dimensão 1: Organização Institucional para Educação a Distância	
Itens	Conceitos
1.1. Missão Institucional para atuação em EAD	5
1.2. Planejamento de Programas, Projetos e Cursos a distância	5
1.3. Plano de Gestão para a Modalidade da EAD	5
1.4. Unidade responsável para a gestão de EAD	5
1.5. Planejamento de Avaliação Institucional (Auto- Avaliação) para EAD	5
1.6. Representação docente, tutores e discente	5
1.7. Estudo para implantação dos polos de apoio presencial	5
1.8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância	5
1.9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade de educação a distância	5
1.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)	5
1.12. Recursos financeiros	5
1.10. Sistema para gestão acadêmica da EAD	5
Dimensão 2: CORPO SOCIAL	
Itens	Conceitos
2.1. Programa para formação e capacitação permanente dos docentes	5
2.2. Programa para formação e capacitação permanente dos tutores	5
2.3. Produção Científica	5
2.4. Titulação e formação do coordenador de EAD da IES	3
2.5. Regime de trabalho do coordenador de EAD da IES	5
2.6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD	5

2.7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD	5
2.8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EAD	5
2.9. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos pólos de apoio presencial	5
2.10. Regime de trabalho	5
2.11. Política para formação e capacitação permanente do corpo técnico administrativo	5
Dimensão 3: INSTALAÇÕES FÍSICAS	
Itens	Conceitos
3.1. Instalações administrativas	5
3.2. Infraestrutura de serviços	5
3.3. Recursos de TIC (audiovisuais e multimídia)	5
3.4. Plano de expansão e atualização de equipamentos	5
3.5. Biblioteca: instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos pólos de apoio presencial e manipulação dos respectivos acervos.	5
3.6. Biblioteca: informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial)	5
3.7. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas de apoio presencial.	5

Quanto ao ato de Reconhecimento de Curso de Direito - Bacharelado, a instituição obteve conceito máximo, nos termos do quadro que segue.

QUADRO N.º 2 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU RECONHECIMENTO

<u>Dimensão</u>	<u>Conceito</u>
<u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u>	<u>5</u>
<u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>	<u>5</u>
Dimensão 3 - Instalações Físicas	5
CONCEITO FINAL	5

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/nov. 2010

No processo de Renovação de Reconhecimento de Curso, cuja visita *in loco* ocorreu no período 14/12/2014 a 17/12/2014, a comissão de Avaliadores *ad-hoc* composta pelos membros Prof^o Dr. Clóvis Demarchi e Prof^a Dra. Inês Cabral Ururahy de Souza, atribuiu o conceito final 5 (cinco), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade.

QUADRO N.º 3 – CONCEITO OBTIDO PELA IES NA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO

<u>Dimensão</u>	<u>Conceito</u>
<u>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</u>	<u>4,4</u>
<u>Dimensão 2 - Corpo Docente</u>	<u>4,7</u>
Dimensão 3 - Instalações Físicas	4,6

CONCEITO FINAL	5,0
-----------------------	------------

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/jan. 2015

No processo de credenciamento (2010), a Comissão Avaliadora do INEP, em seu relatório final encaminhado pelo MEC, com o julgamento final da avaliação, expressou:

Esta comissão, ao realizar as ações de avaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, no Processo e-MEC de n.º 200813980, da avaliação de n.º 82617, composta pelos Membros Prof. Armindo José Longhi, Prof. Tadeu da Mata Medeiros Branco e Profª Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto; e levando em consideração cada uma das dez dimensões avaliadas e seus requisitos legais, todos integrantes deste relatório, e ao considerar, também, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste instrumento de avaliação, atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão. (Relatório de credenciamento nov./2010)

QUADRO N.º 4 – CONCEITO OBTIDO PELA IES EM SEU CREDENCIAMENTO

Dimensão	Conceito
Dimensão 1 - Missão e PDI	5
Dimensão 2- Política para Ensino	5
Dimensão 3 - Responsabilidade Social	4
Dimensão 4 A comunicação com a sociedade	3
Dimensão 5 - Política de Pessoal	4
Dimensão 6 - Organização e Gestão da IES	4
Dimensão 7 - Infraestrutura física	3
Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação	4
Dimensão 9 - Atendimento ao Discente	3
Dimensão 10 – Sustentabilidade	4

Fonte: Relatório de Credenciamento e-MEC/nov. 2010

Cabe destaque que a FMP recebeu selo de qualidade do programa OAB RECOMENDA, que visa ao aprimoramento do ensino jurídico no país, sendo considerada a única IES privada da região metropolitana de Porto Alegre a receber tal recomendação. O selo é atribuído a cada três anos e leva em conta em sua formulação o índice de aprovação de alunos no Exame de Ordem e o seu desempenho no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Destaca-se ainda as 5 estrelas recebidas no Guia do estudante em 2017. Além disso, da mesma editora recebemos o prêmio de excelência em instituição especializada.

QUADRO N.º 5 – RESULTADOS COMPARATIVOS DOS EXAMES DA OAB

COMPARATIVOS ENTRE EDIÇÕES DA PROVA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

EXAME DA OAB	DATA DO RESULTADO FINAL	COLOCAÇÃO NO BRASIL	COLOCAÇÃO NO RS	COLOCAÇÃO EM POA	INSCRITOS FMP	% FMP	% BRASIL	%RS	% POA
XV	24/05/2015	96º	4º	2º	75	52,17%	26,60%	28,42%	33,24%
XVI	30/06/2015	97º	9º	3º	64	42,86%	20,86%	24,49%	26,16%
XVII	23/10/2015	114º	5º	3º	95	50,53%	28,24%	32,67%	39,85%
XVIII	01/03/2016	59º	5º	4º	84	53,85%	21,14%	24,65%	32,86%
XIX	05/07/2016	75º	4º	2º	85	38,82%	13,28%	14,22%	19,15%
XX	26/10/2016	197º	10º	3º	65	32,26%	20,11%	23,34%	27,01%
XXI	14/02/2017	68º	4º	3º	71	40,58%	15,71%	17,42%	22,82%
XXII	04/07/2017	282º	13º	3º	71	30,77%	23,67%	24,51%	29,87%
XXIII	24/10/2017	110º	4º	3º	82	35,44%	16,61%	15,07%	18,51%

Cabe destaque, ainda, que em relação às avaliações externas, a IES possui Conceito Institucional 4 (quatro) e também possui Índice Geral de Cursos 4 (quatro)

QUADRO N.º 6 – COMPARAÇÃO DO CONCEITO PRELIMINAR DO CURSO – CPC - 2012 E 2015

CPC 2015

Nome da IES	Concluintes Inscritos	Concluintes Participantes	Nota Bruta - FG	Nota Bruta - CE	Nota Bruta - Geral	Nota Padronizada - Organização Didático-Pedagógica	Nota Padronizada - Infraestrutura e Instalações Físicas	Nota Bruta - Oportunidades de Ampliação da Formação	Nota Padronizada - Mestres	Nota Padronizada - Doutores	Nota Padronizada - Regime de Trabalho	CPC Continuo	CPC Faixa
FMP	146	144	62,2063	50,0063	53,0688	3,3582	3,4882	5,2132	4,7045	3,2389	4,4500	3,0663	4

CPC 2012

Nome da IES	Concluintes Inscritos	Concluintes Participantes	Nota Bruta - FG	Nota Bruta - CE	Nota Bruta - Geral	Nota Padronizada - Organização Didático-Pedagógica	Nota Padronizada - Infraestrutura e Instalações Físicas	Nota Padronizada - Mestres	Nota Padronizada - Doutores	Nota Padronizada - Regime de Trabalho	CPC Continuo	CPC Faixa
FMP	108	104	50,8750	47,2817	48,1942	4,6882	4,3395	4,6250	3,0000	3,2500	3,61	4

Col. RS	Ano	Nome da IES	Município do Curso	Concluintes Inscritos	Concluintes Participantes	Nota Bruta - FG	Nota Padronizada - FG	Nota Bruta - CE	Nota Padronizada - CE	Nota Bruta - Geral	Nota Padronizada - Geral	Conceito Enade (Continuo)	Conceito Enade (Faixa)
1	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA	51	43	72,1395	4,6112	55,4628	4,2645	59,6488	4,3687	4,3512	5
2	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA	57	54	70,7222	4,3828	55,0241	4,2035	58,9537	4,2638	4,2483	5
3	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	167	158	67,1861	3,8128	54,5759	4,1412	57,7386	4,0804	4,0591	5
4	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	RIO GRANDE	45	43	69,8814	4,2472	49,1326	3,3841	54,3349	3,5666	3,5999	4
5	2015	FACULDADE INEDI	CACHOEIRINHA	3	3	59,9667	2,6490	52,4000	3,8386	54,3333	3,5664	3,5412	4
6	2015	FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PORTO ALEGRE	146	144	62,2063	3,0100	50,0063	3,5056	53,0688	3,3755	3,3817	4
7	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	RIO GRANDE	30	28	69,1357	4,1270	46,9000	3,0736	52,4786	3,2865	3,3370	4
8	2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PELOTAS	226	199	63,6327	3,2400	48,0447	3,2328	51,9513	3,2069	3,2346	4
10	2015	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	PORTO ALEGRE	128	122	60,3656	2,7133	46,1525	2,9697	49,7205	2,8702	2,9056	3
11	2015	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	40	37	56,9351	2,1603	45,9784	2,9454	48,7378	2,7219	2,7492	3
12	2015	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	PORTO ALEGRE	288	256	58,5145	2,4149	45,0664	2,8186	48,4422	2,6773	2,7177	3
13	2015	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	SAO LEOPOLDO	367	321	60,1364	2,6764	43,9735	2,6666	48,0262	2,6145	2,6691	3
22	2015	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	CANOAS	345	333	57,0219	2,1743	42,7673	2,4989	46,3432	2,3605	2,4177	3
24	2015	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	192	190	59,6674	2,6008	41,4747	2,3191	46,0353	2,3140	2,3895	3
45	2015	UNIVERSIDADE FEEVALE	NOVO HAMBURGO	309	256	56,2402	2,0483	39,6910	2,0710	43,8395	1,9826	2,0653	3
46	2015	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	1086	1008	57,0658	2,1814	39,2694	2,0124	43,7905	1,9661	2,0546	3

QUADRO N.º 7 – RESULTADOS COMPARATIVOS ENADE 2012 E 2015

ENADE 2015								
Nome da IES	Concluintes Inscritos	Concluintes Participantes	Nota Bruta - FG	Nota Padronizada - FG	Nota Bruta - CE	Nota Padronizada - CE	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade Faixa
FMP	146	144	62,2063	3,0100	50,0063	3,5056	3,3817	4

ENADE 2012								
Nome da IES	Concluintes Inscritos	Concluintes Participantes	Nota Bruta - FG	Nota Padronizada - FG	Nota Bruta - CE	Nota Padronizada - CE	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade Faixa
FMP	108	104	50,88	3,16	47,28	3,92	3,73	4

A Faculdade de Direito e a Mantenedora reconhecem a importância da avaliação institucional como processo que permite, por meio do levantamento de informações e da sistematização dos dados, tomar decisões de relevante importância para a IES. Atende ao formalismo institucional e normativo externo, voltando-se para as melhorias contínuas e à implantação de uma cultura de planejamento/execução/reflexão/ação do processo autoavaliativo.

A partir da análise dos relatórios das avaliações externas e dos relatórios de autoavaliação dos anos anteriores, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação da IES para o ano de 2017 – na sua versão integral. Com a finalidade de atender o disposto na Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP N° 08/2013 e as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n° 65/2014, o presente relatório apresenta a análise dos 5 eixos, dentro das 10 dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei n° 10.861):

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física

Conforme apresentado acima, a IES concluiu a revisão e a atualização das metas do PDI (2015-2019), razão pela qual os membros da CPA redirecionaram a avaliação do Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional) e do Eixo 4 (Políticas de Gestão), para serem objeto de análise no Relatório Parcial de 2016; e do Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional), do Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) e do Eixo 5 (Infraestrutura Física) foram objeto de análise do Relatório Parcial do ano de 2015. O presente Relatório contempla as informações e ações desenvolvida pela CPA no ano de 2017 e discute os conteúdos relativos aos dois relatórios parciais anteriores (2015 e 2016), explicita uma análise do PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Apresenta, ainda, um plano de ações de melhoria à IES.

A divulgação deste relatório está prevista para o início do semestre letivo de 2018, aos segmentos acadêmicos e da comunidade em geral.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, credenciada para funcionar como Instituição de Ensino Superior pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005, e reconhecida pela Portaria MEC nº 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU nº 40, p. 32, de 28 de fevereiro de 2013.

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421: 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 12º andares

Fone: (51) 3027.6565

Fax: (51) 3027.6555

1.2 A MANTENEDORA

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul** é entidade administrativa e financeiramente autônoma, dotada de personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos. É presidida pelo Sr. David Medina da Silva, Especialista, desde novembro de 2013.

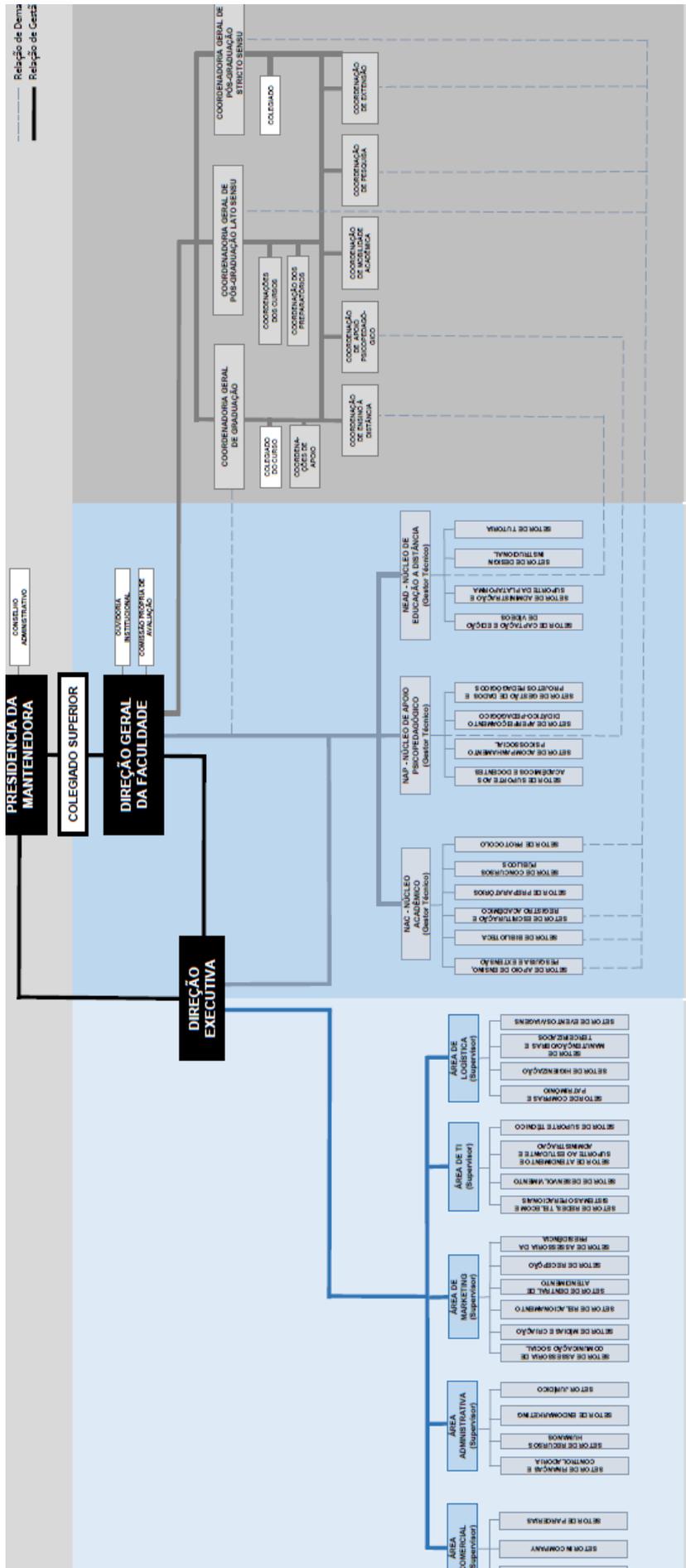
CNPJ: 90.090.762.0001-19

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421, 9.º andar

Fone: (51) 3027 6565

Fax: (51) 3027 6555

1.3 ORGANOGRAMA



1.4 INTEGRANTES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE

A Comissão Própria de Avaliação é exercida pelos membros abaixo relacionados, que passaram a atuar a partir da Portaria n.º 21/2011, sendo formada pelos integrantes nomeados pela Portaria n.º 6/2012, com alterações realizadas pela Portaria n.º 10/2013, nº 8/2014, nº2/2015, nº 7/2015, nº4/2016 e nº 3/2017.

a) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

- Bianca Antunes Moreira
- Rodrigo Abreu Castro
- O'hara de Oliveira Reis

b) Representantes do Corpo Docente

- Antônio Carlos Nedel
- Renata Maria Dotta
- Luis Augusto Stumpf Luz (Coordenador da Comissão)

c) Representante do Corpo Discente

- João Manuel Seixas Osório
- Juliane Pacheco Paim
- Rodrigo Marques Firmiano

d) Representante da Sociedade Civil

- Bruno Nunes Siufi
- Luiz Fernando Oderich
- Renato da Silva Selayaram

1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

1.5.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO

Curso de Direito - Bacharelado

1.5.2 CÓDIGO DO CURSO NO INEP

N.º 92.173

1.5.3 CARGA HORÁRIA TOTAL

A carga horária é de 3.703 horas (60min), que equivalem a 4.444 horas-aula³ de 50 min.

1.5.4 NÚMERO DE CRÉDITOS

O número de créditos é de 234.

1.5.5 EMBASAMENTO LEGAL INTERNO

- a) Regimento da Faculdade
- b) Plano Pedagógico Institucional
- c) Projeto Pedagógico do Curso
- d) Atos regulatórios decorrentes⁴

1.5.6 EMBASAMENTO LEGAL EXTERNO

- a) Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- b) Parecer CNE CES n.º 55/2004; Parecer CNE/CES n.º 211/2004, Resolução CNE/CES n.º 09/2004; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito.

³ Segundo Ato Normativo, aprovado na reunião da Direção Superior de 3/8/2009, GRAD n.º 002/2009 – Alteração Matriz Curricular, que altera a Matriz Curricular do Curso de Direito, aprovada pelo MEC, autorizado pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006, quando da Autorização de Funcionamento do Curso, a serem cumpridas pelos acadêmicos a partir do 2.º semestre de 2009.

⁴ Conforme documentos integrantes do arquivo de Regulamentações da Faculdade.

- c) Decreto n.º 5.626/2005; Libras.
- d) Parecer CNE/CES n.º 08/2007; Carga horária.
- e) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002; Política da Educação Ambiental.
- f) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 – SINAES.
- g) Condições de Acessibilidade, conforme as leis n.º 10.098/2002, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e a Portaria n.º 3.284/2003.
- h) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei n.º 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- i) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP n.º 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.

1.5.7 NÚMERO DE VAGAS

Em 2017/1, o curso passou a ofertar 230 novas vagas anuais, distribuídas semestralmente em dois turnos, conforme Portaria Normativa n.º 21/2016, que aprovou a instituição passar de 200 para a oferta de 230 vagas anuais, conforme anteriormente homologado pela Portaria de Reconhecimento do Curso n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no DOU n.º 211, de 3 de novembro de 2011, p.40.

1.5.8 TURNOS DE FUNCIONAMENTO

O Curso funciona no turno diurno e no noturno.

1.5.9 DIMENSÕES DAS TURMAS

As turmas são compostas por, no máximo, 50 acadêmicos, atendidas as especificidades da disciplina e do espaço da sala de aula. As turmas das disciplinas de Práticas Jurídicas terão, no máximo, 30 alunos.

1.5.10 PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Conforme a legislação vigente, o tempo mínimo para integralizar o Curso é o de dez semestres. A Faculdade estabeleceu, como prazo máximo para a conclusão do Curso, o período de 16 semestres.

1.5.11 MISSÃO DO CURSO

Promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando cidadãos e profissionais éticos para atuarem como agentes de transformação social.

1.5.12 VISÃO DO CURSO

Ser reconhecido como excelente opção educacional focada na formação de juristas diferenciados: profissionais éticos, humanistas, resolutivos e prontos para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar.

1.5.13 VALORES DO CURSO

Valorizar o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, que remetem à competência, efetividade, ética, excelência, interdisciplinaridade, justiça e pluralidade.

1.5.14 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar profissionais para uma sociedade em constante mutação, com adequada visão humanística, ética e crítica, técnico-jurídica e prática, capazes de compreender, refletir e agir sobre o fenômeno jurídico de forma interdisciplinar, bem como de antecipar-se, oferecendo orientações capazes de posicionar a comunidade no enfrentamento dos problemas atuais e futuros, pela reflexão sustentada em um conhecimento teórico consolidado, cumprindo seu papel de agente de transformação regional e nacional.

1.5.15 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

- a) **Alcançar** o patamar de excelência na formação jurídica de bacharéis cientes da necessidade de cultivar a educação jurídica continuada, preparados para uma sociedade em constante mutação, reconhecidos como profissionais competentes para resolver tecnicamente os problemas que se apresentam sempre como desafios éticos e humanos.
- b) **Colaborar** no desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e com intervenções práticas, para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros e regionais, tendo como horizonte a efetivação de direitos fundamentais e a formulação de propostas no que tange às políticas públicas, bem como à integração e à cooperação internacionais.
- c) **Enfatizar** os valores plurais que conformam a Justiça das sociedades contemporâneas – interculturais e complexas – e estimular práticas coerentes com a emancipação e a inclusão das pessoas, cuja dignidade é valor fonte do Estado Constitucional, preferencialmente pela atuação extrajudicial, para prevenção e solução de conflitos individuais, coletivos e difusos.
- d) **Apresentar** a formação oferecida como alternativa de alto nível, no cenário educativo brasileiro, para estudos interdisciplinares que congreguem atividades de ensino, pesquisa e extensão com vocação para a interação entre o público e o privado, descortinando as diretrizes atuais para o aperfeiçoamento democrático do Direito, com processos

decisórios claros e transparentes, e desenvolvimento sustentável centrado na dignidade da pessoa humana e no primado do Direito.

1.5.16 APRENDIZAGEM DESEJADA

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que iluminam as áreas temáticas contempladas na matriz curricular de cada disciplina foram elaborados a partir das seguintes premissas:

- a) Possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade de aprendizagem dos acadêmicos, dos docentes e da instituição como um todo.
- b) Possibilitar a construção do conhecimento pelo próprio acadêmico e ampliar a participação dos docentes nessa trajetória discente, com apoio nas atividades de pesquisa e de extensão realizadas.
- c) Viabilizar a integração entre as disciplinas teóricas e as práticas de maneira gradual, visto que o acadêmico precisa localizar-se conceitualmente antes da realização de práticas orientadas.

1.5.17 PERFIL DO EGRESSO

Levando em conta as determinações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de setembro de 2004, ficam definidas as finalidades e as expectativas do corpo diretivo, dos docentes da Faculdade, da mantenedora, dos estudantes ingressantes, e a relação da IES com o estudante concluinte.

O perfil do egresso do Curso aponta para um sujeito capaz de refletir sobre sua ação, pautada pela ética, pelo humanismo, de forma contextualizada, trazendo, em sua ação, soluções e orientações, de forma qualificada, para a pacificação das relações entre os diversos públicos que buscam a proteção de seus direitos. Nesse contexto, a Fundação Escola Superior do Ministério Público, por meio de seu Curso de Graduação em Direito, propõe formar profissionais com as seguintes competências, habilidades e atitudes:

- a) Atitude constante de autoavaliação quanto às habilidades e aos conhecimentos, de modo a projetar permanente atualização e contínuo aperfeiçoamento.
- b) Atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias (administrativas, judiciais e outros espaços), pela utilização de processos, atos e procedimentos.
- c) Capacidade de pesquisar e capacidade para utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes para a aplicação e a produção criativa do Direito, mercê de análise crítica do sistema jurídico, de modo a encontrar a solução mais viável para os casos e as situações apresentados, valendo-se da interdisciplinaridade e dos valores sociais estampados na Constituição Federal.
- d) Capacidade de comparar e contrastar, detectar contradições, avaliar as consequências das escolhas axiológicas; questionar a realidade e argumentar coerentemente, inclusive de forma estético-expressiva; em especial, utilizar o raciocínio jurídico e a capacidade de convencimento, metafórica e analógica.
- e) Capacidade de leitura e análise das várias linguagens, inclusive imagéticas, tradicionais ou visionárias, bem como compreender e elaborar textos e documentos.
- f) Domínio de informações e capacidade de compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, assim como outras tecnologias e métodos alternativos.
- g) Postura humanística e interdisciplinar para além do domínio dos conteúdos estritamente jurídicos, evidenciando a capacidade de compreender e situar-se em temas que transcendem o específico ambiente jurídico.
- h) Capacidade de compreender o integrar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática, bem como a sua essência humanística.
- i) Utilização correta da linguagem (com clareza, precisão e propriedade) e da fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário.

- j) Habilidade e atitude para conviver com as pessoas, capaz de alteridade, de mediação e de aproximar pessoas.
- k) Perceber seu papel de agente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.
- l) Posição pragmática voltada para a realidade regional, ciente do contexto internacional, com competência suficiente para entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, para equacionar problemas e levar harmonia aos interesses sociais em tensão.

1.6 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação vem desenvolvendo seu compromisso com a qualidade e com o acompanhamento e a avaliação de suas ações nos âmbitos em que atua. A IES, por meio de seus cursos de Pós-Graduação, se coloca como opção ao incremento da capacitação de estudantes para a atuação especializada na área pública, sem deixar de reconhecer sua responsabilidade na formação de profissionais de outras carreiras jurídicas.

Ainda que a FMP tenha foco no Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado, o Programa de Pós-Graduação busca ser mais abrangente, atuando no âmbito das diferentes carreiras jurídicas. A divulgação é feita entre os vários setores da sociedade, como os órgãos de administração direta e indireta, estaduais e federais situados neste Estado, para entidades de classe, federações de indústria e comércio. Ao egresso do Curso Bacharelado em Direito da FMP também são concedidos benefícios para o desenvolvimento de sua formação nos cursos de Pós-Graduação (*stricto* e *lato sensu*), conforme prevê o Programa de Acompanhamento ao Egresso.

As metas do PDI, relativas à Pós-Graduação, merecem destaque pelo esforço empreendido pela IES no sentido de aproximar e integrar a Graduação da Pós-Graduação. A Faculdade, como IES, incorporou as ações desenvolvidas pela Mantenedora (especialmente credenciada como instituição não educacional para oferecer cursos de Especialização), dando continuidade às ofertas que estão incorporadas no PDI. Em 2014, foi constituída uma comissão para elaboração de projeto de implantação de curso *stricto sensu*. Ao final do semestre letivo de 2015, a IES obteve a aprovação da oferta da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, habilitando-a para ofertar o curso de Mestrado

Acadêmico, estruturado em duas linhas de pesquisa: Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados e Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais, cuja primeira turma teve ingresso no primeiro semestre de 2016. No final de 2016, novo processo seletivo foi iniciado com a oferta de 25 novas vagas para o ano de 2017.

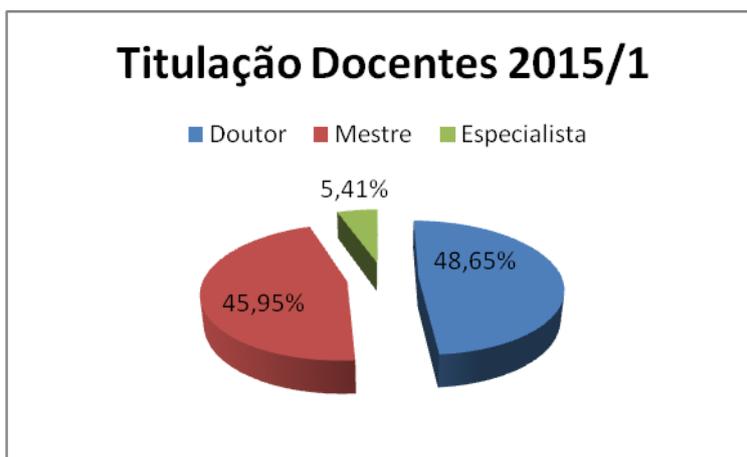
A Faculdade se coloca, assim, com seus cursos de Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*, como opção natural para qualificar a ação administrativa na área pública dos órgãos de administração direta e indireta estadual, municipal e federal. Além disso, há uma preocupação em reorganizar e acompanhar as tendências pedagógicas, com a proposição de cursos de Pós-Graduação de forma modular e adequadas às ferramentas de EaD. No ano de 2015, a IES realizou solicitação de credenciamento para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino à Distância, recebendo parecer favorável, com nota 5, pela Comissão Avaliadora na visita *in loco*. Em decorrência desta ação, constatou-se o compromisso da IES com o aprimoramento dos processos acadêmicos, técnicos e administrativos para oferta dos cursos e outras atividades de formação na modalidade EaD. A implementação e oferta dos cursos de Pós-Graduação EaD aguardaram a publicação da portaria do MEC de credenciamento, publicada em 6 de fevereiro de 2017. Com isso a Instituição organizou a oferta de novos cursos de especialização para a comunidade acadêmica.

Ao longo dos últimos três anos, a fim de atender, de forma mais qualificada, a comunidade acadêmica, medidas de aproveitamento da contratação das horas dos docentes da Graduação, nos cursos de Pós-Graduação, no desenvolvimento de grupos e atividades de pesquisa e de extensão foram adotadas, resultando também no maior intercâmbio e integração e entre acadêmicos e docentes de diferentes níveis.

1.7 CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE - 2015 A 2017

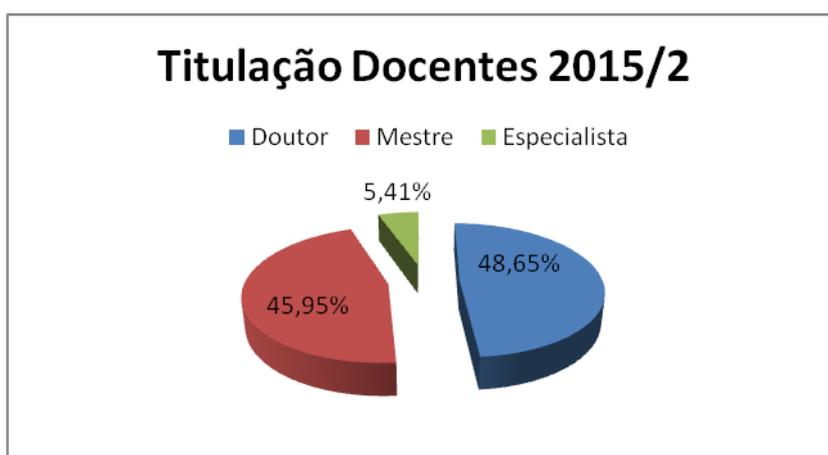
Em relação à titulação dos docentes que atuaram no Curso de Graduação no ano letivo de 2015, 94,6% apresentam a titulação de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme gráficos 1 e 2.

GRÁFICO N.º 1 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2015/1



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2016.

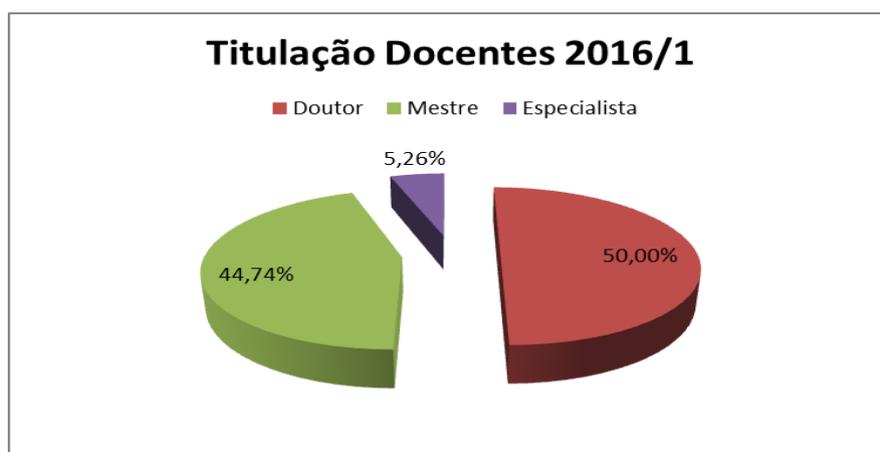
GRÁFICO N.º 2 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2015/2



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2016.

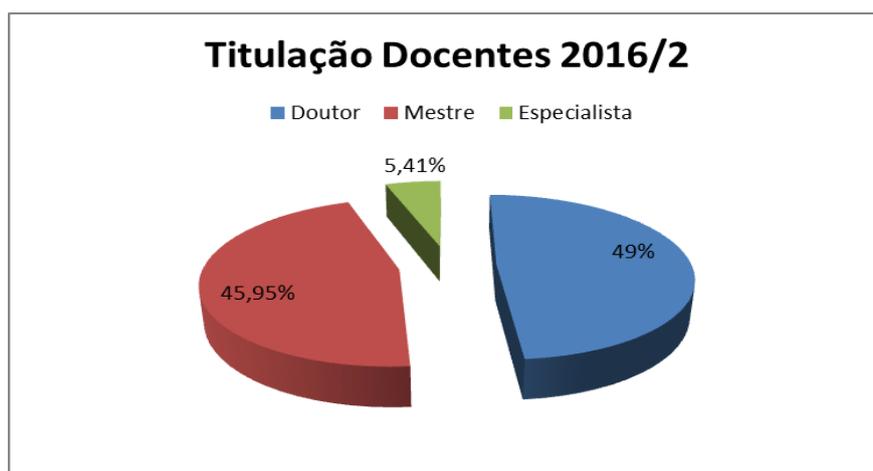
Em relação à titulação dos docentes que atuaram no Curso de Graduação no ano letivo de 2016, no primeiro semestre 94,74% e no segundo semestre 94,95% apresentam a titulação de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme gráficos 3 e 4.

GRÁFICO N.º 3 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2016/1



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2017.

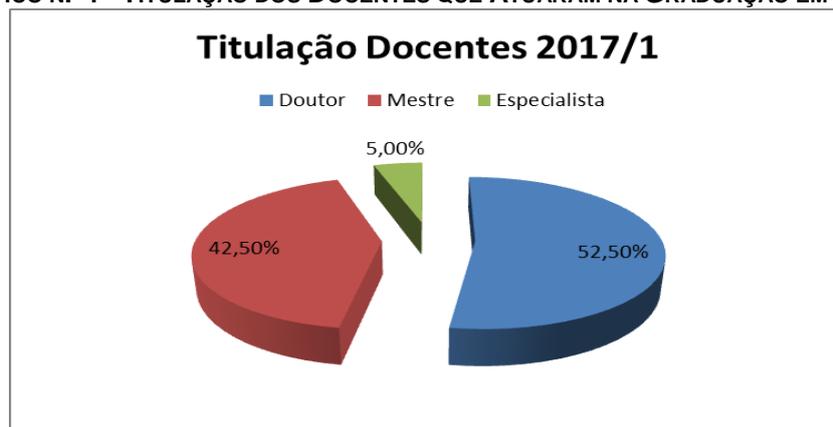
GRÁFICO N.º 4 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2016/2



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2017.

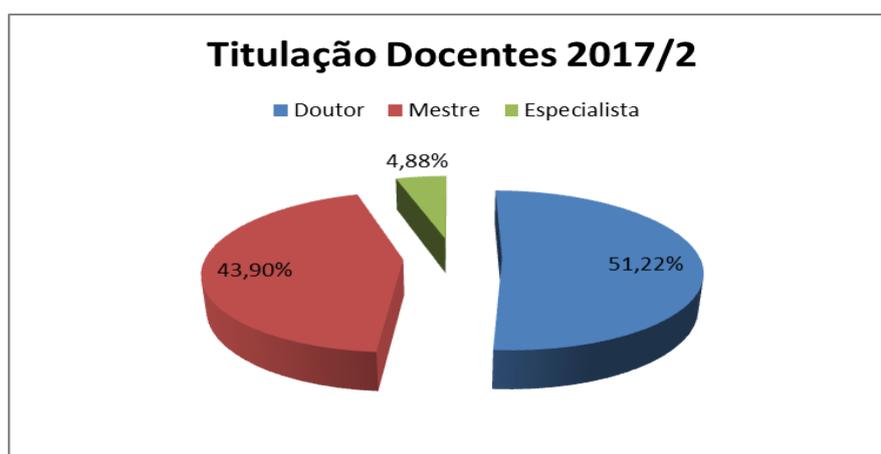
Em relação à titulação dos docentes que atuaram no Curso de Graduação no ano letivo de 2017, no primeiro semestre 95% e no segundo semestre 95,12% apresentam a titulação de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme gráficos 1 e 2.

GRÁFICO N.º 1 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2017/1



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2018.

GRÁFICO N.º 2 - TITULAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA GRADUAÇÃO EM 2017/2



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2018.

QUADRO N.º 8 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DOCENTES DA GRADUAÇÃO

Titulações	Ano de 2015		Ano de 2016		Ano de 2017	
	1.º SEM.	2.º SEM.	1.º SEM.	2.º SEM.	1.º SEM.	2.º SEM.
Graduado	0	0	0	0	0	0
Especialista	2	2	2	2	2	2
Mestre	17	17	17	17	17	18
Doutor	18	18	19	18	21	21
Total	37	37	38	37	40	41

QUANTO À TITULAÇÃO (2015/2016/2017 – 1.º E 2.º SEM.)

Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2018.

**QUADRO Nº 9 - DEMONSTRATIVO DO REGIME DE TRABALHO E TITULAÇÃO DOS
DOCENTES DA GRADUAÇÃO (2015/2016/2017 – 1.º E 2.º SEM.)**

TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA GRADUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO					
	Tempo integral		Tempo parcial		Horista	
	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
Doutores	12	13	4	3	2	3
	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2
	13	14	3	2	3	2
	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2
	17	17	3	2	1	2
Mestres	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
	6	7	11	9	0	0
	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2
	7	6	10	11	0	0
	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2
6	6	9	9	2	3	
Especialista	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
	0	0	1	1	1	1
	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2
	0	0	1	0	1	0
	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2
0	0	1	0	1	0	
Total	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
	18	20	16	13	3	4
	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2
	20	20	14	13	4	3
	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2	2017/1	2017/2
23	23	13	12	4	6	

A Comissão Própria de Avaliação vem observando o esforço da mantenedora, da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso, no que se

refere à alteração do regime de trabalho dos docentes, na busca da melhoria qualitativa de desempenho e da disponibilidade à docência.

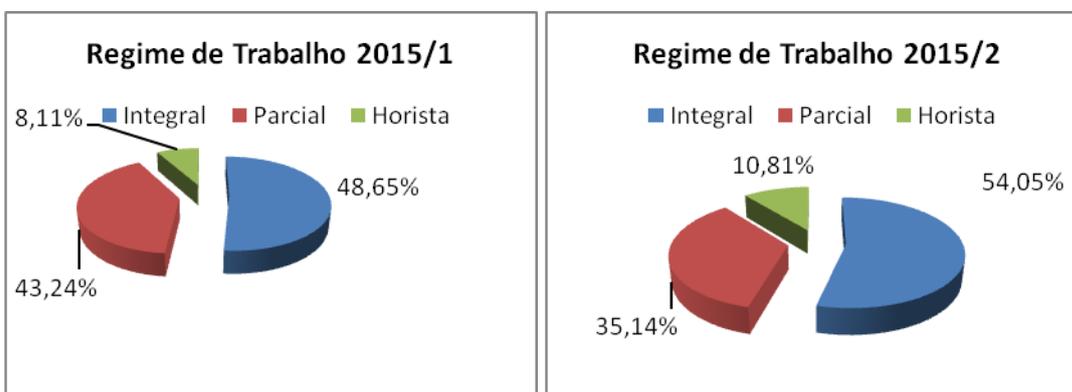
No semestre 2015/1, a Faculdade contava com o quadro de 37 docentes, sendo 18 professores contratados em Regime de Tempo Integral, 16 professores contratados em Regime de Tempo Parcial e 3 professores horistas. No segundo semestre de 2015, 37 docentes compuseram o corpo do curso de Direito da Faculdade, 20 contratados em Regime de Tempo Integral, 13 em Regime de Tempo Parcial e 4 horistas.

No semestre 2016/1, a Faculdade contava com o quadro de 38 docentes, sendo 20 professores contratados em Regime de Tempo Integral, 14 professores contratados em Regime de Tempo Parcial e 4 professores horistas. No segundo semestre de 2016, 37 docentes compuseram o corpo do curso de Direito da Faculdade, 21 contratados em Regime de Tempo Integral, 14 em Regime de Tempo Parcial e 2 horistas. Em 2016 do total dos 38 docentes vinculados a Graduação, 14 deles compõem o quadro de professores do Mestrado, com regime de dedicação de tempo integral.

No semestre 2017/1, a Faculdade contava com o quadro de 40 docentes, sendo 23 professores contratados em Regime de Tempo Integral, 13 professores contratados em Regime de Tempo Parcial e 4 professores horistas. No segundo semestre de 2017, 41 docentes compuseram o corpo do curso de Direito da Faculdade, 23 contratados em Regime de Tempo Integral, 12 em Regime de Tempo Parcial e 6 horistas. Em 2017, do total de 40 docentes vinculados a Graduação, 15 deles compõem o quadro de professores do Mestrado, com regime de carga horária integral.

Segue, abaixo, gráficos demonstrativos referentes ao regime de trabalho docente em 2015, 2016 e 2017:

GRÁFICO N.º 5 – EVOLUÇÃO DO REGIME DE TRABALHO DOCENTE – 2015



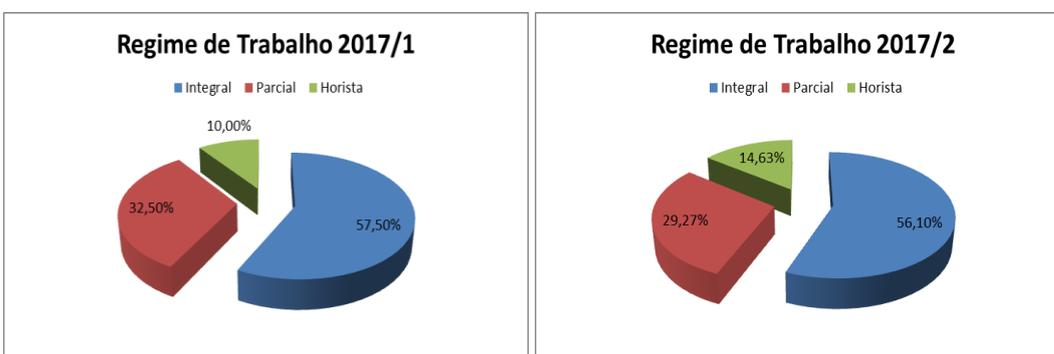
Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2017.

GRÁFICO N.º 6 – EVOLUÇÃO DO REGIME DE TRABALHO DOCENTE – 2016



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2017.

GRÁFICO N.º 7 – EVOLUÇÃO DO REGIME DE TRABALHO DOCENTE – 2017



Fonte: Coordenação do Curso, jan. 2018.

SEGUNDA PARTE:
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: METODOLOGIA

2. METODOLOGIA

A CPA baseou-se nas orientações vigentes da avaliação externa MEC/CONAES - Diretrizes para a Avaliação Externa, documentos internos, especialmente a partir da análise dos Relatórios de Autoavaliação de 2015 e 2016, para fins de elaboração da proposta de avaliação institucional de 2017. Regularmente, são 5 as fontes principais de coleta de dados que auxiliam na análise da avaliação institucional, entre elas:

- 1) o formulário de avaliação aplicado aos discentes, docentes e colaboradores;
- 2) o Totem disponível fisicamente na Instituição e nos portais de comunicação da IES;
- 3) as demandas recebidas pela Ouvidoria;
- 4) as avaliações pontuais das atividades de extensão oferecidas; e
- 5) as atas das reuniões de representantes de turma realizadas bimestralmente.

Ainda, há de se destacar o acesso da avaliação exclusiva com os formandos, que é realizada semestralmente, e as ações específicas desenvolvidas pelo Programa de Acompanhamento de Egressos.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, coerente com sua missão, a FMP apoiou a realização do processo de autoavaliação interna, não apenas como uma exigência legal estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas como requisito de apoio à melhoria de seus processos de gestão acadêmica e administrativa e de melhoria de seus procedimentos e produtos educacionais oferecidos, em nível de Graduação e de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Dessa forma, os processos internos de avaliação, adotados pela CPA e pela Faculdade, durante o triênio 2015-2017, identificaram:

- a) as necessidades e possibilidades de ajustes operacionais e gerenciais para favorecer a consolidação e o desenvolvimento dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.
- b) a possibilidade de exploração de potencialidades descobertas relativas às políticas de pessoal, à responsabilidade social e a organização da gestão institucional.

A análise dos documentos normativos da Faculdade, realizada por meio das informações obtidas pela CPA junto aos informantes do Quadro 4, exposto a seguir, evidencia a importância da avaliação dos principais indicadores constantes dos documentos para uma gestão de qualidade, em especial:

- a) no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- b) no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- c) no Regimento da Faculdade.
- d) o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC).
- e) na revisão dos atos normativos existentes, relativos a questões acadêmicas e administrativas.
- f) na possibilidade de elaborar novos atos normativos relativos ao funcionamento de estruturas auxiliares criadas e avaliadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP), as Coordenações da Pesquisa, da Extensão e das Atividades Complementares.
- g) nos relatórios das Comissões de Avaliadoras *in loco* do MEC, que subsidiaram o reconhecimento do curso e o credenciamento institucional.

QUADRO N.º 10 - DEMONSTRATIVO DAS CATEGORIAS DE INFORMANTES ENTRE 2015-2017 PARA A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

DIMENSÕES		2015/2016/2017
Missão e PDI		Diretor da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Curso, Direção Executiva, integrantes do NAP, integrantes da Coordenação da Pós-Graduação, integrantes do NDE
Ensino	Geral	Direção da Faculdade, Coordenadores de Curso, Docentes, Acadêmicos, integrantes do NAP, Ouvidoria
	Grau de Satisfação	Acadêmicos e Docentes
Responsabilidade Social		Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos, Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de Apoio, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente
Comunicação com		Direção da Faculdade, Gestores técnicos e

a Sociedade	Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos, Docentes, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente, e Ouvidoria
As políticas de carreiras do corpo docente e técnico administrativo	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, Docentes, Colaboradores técnicos administrativos e integrantes do NAP
Organização e da gestão da instituição	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e Mantenedora
Infraestrutura física	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e Mantenedora, Colaboradores técnicos administrativos, Docentes e Mantenedora
Planejamento e Avaliação	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e NAP
Políticas de atendimento acadêmico	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e integrantes do Corpo Discente e Docente
Sustentabilidade Financeira	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva e Mantenedora

O processo de avaliação sistemática, realizado no último triênio, nas reuniões da CPA, revisou a formulação das perguntas elaboradas nas edições anteriores, mantendo-se fiel aos objetivos das perguntas antigas, porém com inclusão de questões específicas identificadas com os Eixos em avaliação (Eixo 2 e 4) - em 2016. Para tal, considerou as principais finalidades expressas pela IES em seus documentos institucionais, em especial, o art. 2.º do seu Regimento. Em 2017, assim como nos anos anteriores, o processo avaliativo foi realizado em dois períodos formais, previstos no Calendário Acadêmico, propiciando a ampla divulgação e participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação. Foi incrementado, em 2015, e mantido nos anos subsequentes um canal direto de comunicação da comunidade acadêmica com

a CPA, por meio de Totem⁵ localizado no 7º andar e 12º andar, e de canais de comunicação no Portal do Aluno, que permite incluir, em tempo real, avaliações e comentários de estudantes, funcionários e docentes. As avaliações qualitativas recebidas no Totem são analisadas sistematicamente pela CPA, responsável por direcionar a demanda para o tratamento adequado do setor que é responsável, quando necessário, a fim de dar retorno ao interessado. As informações obtidas pelo Totem servem para a consolidação da avaliação qualitativa da IES. Uma inovação da comissão, em 2017 foi a participação da CPA nas reuniões bimestrais dos Líderes de Turma do curso de graduação. A ideia é aproximar-se do corpo discente e acompanhar demandas, para avaliação e encaminhamentos necessários.

Em 2017, especificamente, a CPA elaborou o cronograma abaixo para realizar os diversos procedimentos previstos para o Projeto de Autoavaliação Institucional.

QUADRO N.º 11 - CRONOGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE DIREITO – 2017

ETAPA 2017 →	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Organização prévia do Relatório / 2017												
Encaminhamento do relatório de 2017												
Reuniões da CPA (presenciais ou on-line)												
Definição e aprovação do plano de autoavaliação para o ano letivo												
Definição da metodologia de divulgação entre os envolvidos (professores, funcionários e estudantes..)												
Definição de estratégias e Metodologia de coleta e tratamento de dados												
Sensibilização interna (cartazes, cartas e seminários.).												
Contato com a TI p/ disponibilização dos questionários												
Definição de eventuais grupos de trabalho para o												

⁵ Dispositivo físico composto por computador e estrutura onde fica disponível a página da avaliação permanente, programa criado pela CPA em conjunto com a TI para ser espaço livre de acesso aos acadêmicos.

desenvolvimento das atividades												
Revisão dos questionários de avaliação												
Definição dos formatos dos relatórios												
Aplicação do questionário da autoavaliação												
Impressão e sistematização dos resultados												
Análise e difusão interna preliminar dos resultados												
Redação preliminar dos Relatórios												
Encaminhamento interno do Relatório Final de 2016												
Divulgação do relatório à comunidade acadêmica e planejamento da novas ações/2017												
Plano de Ação e propostas de ação 2018												
Avaliação crítica das atividades avaliativas												

Fonte: PAI 2017.

TERCEIRA PARTE:
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DOS EIXOS

3. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

QUADRO N.º 12 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO I

EIXO 1/dimensão	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2015/2017
<p>Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e da eficácia da autoavaliação institucional</p>	<p>Programa de Avaliação Institucional - PAI</p>	<p>Autoavaliação institucional: docentes, discentes e corpo técnico-administrativo.</p>
		<p>Estabelecimento de encontro da Direção, Coordenações de Curso, NAP, CPA para análise conjunta das informações oriundas das avaliações internas e externas e dos principais indicadores institucionais e indicadores setoriais.</p>
		<p>Uniformização dos relatórios setoriais e do Relatório Anual da Direção</p>
		<p>Apresentações ao corpo docente, discente e técnico-administrativo do retorno da avaliação e das melhorias realizadas na jornada de integração dos colaboradores</p>
		<p>Apresentação para a comunidade acadêmica, em eventos, dos resultados da autoavaliação e das decisões desencadeadas a partir da análise crítica do relatório da autoavaliação</p>
		<p>Ampliação do TOTEM da CPA para mais um ponto de utilização.</p>

3.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO:

O acompanhamento e a avaliação desta dimensão pautaram sua ação sobre os seguintes focos:

- a) a revisão e adequação do PDI foram realizadas por meio da constituição de uma equipe formada pelo corpo diretivo da IES, integrantes do corpo docente, integrantes do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, corpo técnico administrativo e interlocução com a Mantenedora, com a proposição de metas para o período vigente até 2019.
- b) a adequação e revisão do PPC às metas e exigências legais vigentes, incorporando aos documentos o consolidado de informações apontadas pela CPA nos processos de autoavaliação institucional e do conhecimento acumulado da comissão de professores integrantes do NDE.
- c) A permanente adequação e avaliação das ações previstas no PDI com o correspondente Plano de Ação Anual da IES.
- d) as ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs).
- e) os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
- f) análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes.
- g) a democratização e horizontalização da avaliação através de ferramentas que aproximam o corpo discente da gestão e planejamento institucional.

A IES vem acentuando a cultura de Planejamento e Avaliação e incorporando o acumulado de conhecimentos advindos deste processo nos principais documentos institucionais.

Durante o triênio (2015/2017) os membros da CPA, ao acessarem documentos e relatórios institucionais e daqueles decorrentes dos processos anteriores de autoavaliação, apontaram as principais potencialidades e fragilidades para a Direção da Faculdade. A partir do conhecimento destas e da avaliação das metas previstas no PDI, constatou-se que o Plano de Ação Anual da IES foi planejado buscando dar respostas mais expressivas a esses focos.

Os resultados das avaliações dos anos anteriores e das melhorias decorrentes da autoavaliação foram divulgados para a comunidade acadêmica no período em análise. Além disso, constata-se a observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES.

As avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação de 2015/2016/2017 permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade do PDI, de suas respostas às demandas institucionais e à projeção de ações para 2018 e 2019.

3.2 Outras considerações

A discussão e o estudo das propostas identificadas nos documentos PPI, PDI, e PPC pela IES, assim como os relatórios produzidos pela CPA renovam a consciência coletiva e permanente da importância do processo avaliativo interno e externo na Faculdade.

A partir da tomada de conhecimento e da divulgação dos relatórios de autoavaliação, se observa a convergência da Faculdade para o atendimento das demandas decorrentes do processo de Avaliação Institucional.

Avanços:

- a) operacionalização e (re)avaliação do PDI com a definição de projetos, metas e responsáveis expressos no Plano de Ação Anual.
- b) avaliação positiva dos novos membros da CPA pela Direção da IES.
- c) responsabilização individual e coletiva dos membros da CPA no planejamento, desenvolvimento, avaliação e divulgação dos resultados da autoavaliação.
- d) apresentação da nova proposta de PDI pela IES, com a previsão de

- metas para o período de 2015-2019.
- e) coerência dos resultados dos processos de avaliação internos e externos com as novas metas previstas no PDI.
 - f) participação ampla dos diferentes segmentos institucionais no processo de revisão das metas previstas no PDI.
 - g) inclusão dos apontamentos positivos e negativos apresentados nos relatório de autoavaliação institucional nos Planos de Ação Anual da Faculdade.
 - h) criação de cultura de permanente monitoramento e avaliação para a identificação das necessidades institucionais e da visão futura da instituição.

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Eixo II

QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO II

EIXO 2	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2015/2017
Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional	Estudo do PDI	Acompanhamento e avaliação das estratégias do PDI.
		Participação nas reuniões de gestão para o aperfeiçoamento das políticas institucionais e implementação de ações voltadas à melhoria institucional.
		Elaboração do Plano Anual de Ação.
	Revisão do PPI	Revisão do PPI, estendendo-o para os demais níveis e modalidades de ensino da Faculdade, qualificação dos professores para apropriação e implementação programada.
	Estudo do Regimento Interno	Revisão do Regimento da Faculdade pelo NDE.
	Estudo do PPC	Realização de estudos do PPC pelo NDE. Inclusão de metodologia ativas, disciplinas e atividades na modalidade EaD no projeto pedagógico do curso.

	Oferta de curso de pós-graduação <i>stricto-sensu</i>	Estabelecimento das normativas do Programa de Pós-Graduação.
	Oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> - EaD	Credenciamento da instituição para oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> na modalidade EaD. Desenvolvimento do projeto de implantação da pós-graduação na modalidade a distância.
<p>Dimensão 3:</p> <p>A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural</p>	Núcleo de Práticas Acadêmicas	Realização de assessoria jurídica aos funcionários e dependentes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Firmado convênio com o Procon/RS para mediação nas relações de consumo e prevalência de tutela preventiva. Prática Jurídica nos Processos de Adoção e Acolhimento Institucional
	Projeto Valorização a Vida	Realização de campanha de doação de sangue em parceria com o Hemocentro de Porto Alegre e campanha de conscientiza sobre responsabilidade ambiental no espaço de trabalho para o corpo técnico administrativo.
	Doação de material escolar	Realização de atividade de arrecadação de material escolar no amigo secreto solidário da FMP para Fundação Pão dos Pobres e outros instituições beneficentes.
	Acessibilidade	Criação de mecanismos de acessibilidade às pessoas deficientes da comunidade interna e externa nos eventos e atividades da Faculdade
	Criação do Observatório sobre a Violência articulado com Instituições externas	projetos de pesquisa

	Espaço para publicação de artigos para disseminação dos resultados	1 e-book
--	--	----------

4.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Esta dimensão foi avaliada a partir da análise documental disponível na IES, especialmente em relação ao cumprimento das ações previstas no PDI. Na análise, identificaram-se: a sequência e continuidade das ações previstas no Plano de Ação Anual, a coerência do PDI com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a preocupação com a responsabilidade social, em especial, na promoção de atividades de ensino e de extensão com valorização dos Direitos Humanos. Como exemplo, é citado o desenvolvimento dos Projetos “Visita às Casas Prisionais” e do Projeto Interinstitucional "Conhecendo o Acolhimento Institucional", que visa debater de forma interdisciplinar os desafios da rede de acolhimento institucional e do processo de adoção no âmbito do sistema de justiça e da rede de proteção social na cidade de Porto Alegre.

No âmbito das ações voltadas à incorporação das novas tecnologias para o desenvolvimento da infraestrutura e das atividades na modalidade EaD, foram destaques do triênio:

- a) qualificação do Programa de Inovação Tecnológica com a extensão das atividades e suporte ao Programa de Mestrado;
- b) investimento na ampliação da infraestrutura existente de EaD para atender as necessidades do Programa de Pós-Graduação;
- c) oferta de uma disciplina optativa, Desafios Jurídicos e Tendências Atuais, no curso de Graduação em Direito na modalidade semi-presencial;
- d) oferta de cursos livres na modalidade de EaD (Curso Novo CPC e Curso de Atualização Língua Portuguesa).
- e) aquisição do banco de dados RTonline e Heinoline, através da biblioteca.

É relevante mencionar que a incorporação ao PPC de disciplinas e de atividades em EaD, bem como a inserção de ferramentas de metodologias ativas nas disciplinas existentes foi objeto de estudo do Núcleo Docente Estruturante e das reuniões de Colegiado de Curso, principalmente durante os anos letivos de 2016 e 2017. Da mesma forma, a revisão da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Direito foi objeto de estudo pelo NDE, com previsão de implementação no segundo semestre letivo de 2018. A atualização do Regimento da Faculdade também foi alvo de análise e revisão pelo NDE, que validou a alteração dos itens referentes à análise normativa do Código de Ética da Faculdade.

Ainda, em 2017, a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, juntamente com a Direção e a Coordenação do Curso de Direito, iniciaram a revisão e reformulação do Núcleo de Prática Jurídica redefinido como Núcleo de Prática Acadêmica (NPA), fundados no aperfeiçoamento de sua regulamentação, de suas documentações, dos projetos em andamento e da implementação de novos convênios. O Núcleo de Prática Acadêmica desenvolve as atividades de organização, planejamento e auxílio das atividades previstas nas práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, juntamente com a Coordenação do Curso e os professores responsáveis de cada disciplina que compõe a grade curricular de práticas acadêmicas da matriz curricular do Curso de Direito. O efetivo acompanhamento das atividades, a apreciação das demandas dos acadêmicos, a comunicação constante entre os docentes envolvidos com as atividades referentes às práticas jurídicas e as avaliações constantes buscam o aprimoramento constante. Importante mencionar a inserção da disciplina de Prática Jurídica V. As atividades do NPA, especialmente no estágio obrigatório, são desenvolvidas pelo Escritório Modelo. Nesse espaço, os projetos de mediação, de assessoria jurídica da Santa Casa e de ajuizamentos de processos judiciais e balcão do consumidor, dentro da parceria com o Procon. Processo Trabalhista, em 2016, como disciplina optativa e como disciplina obrigatória para acadêmicos ingressantes a partir de 2016. Observa-se a sedimentação no triênio das atividades relativas as práticas jurídicas, oportunizando a atuação na comunidade e a ampliação da responsabilidade social.

Em nível de Pós-Graduação, o início das atividades letivas do Programa de Mestrado Acadêmico da FMP em 2016/1, desencadeou a expansão de

atividades de ensino e pesquisa, bem como a participação de acadêmicos da Graduação em eventos nacionais e internacionais desenvolvidos pelo Programa de Mestrado, bem como pela participação de estudantes do Mestrado em atividades de extensão e dos eventos promovidos pela Graduação. A implantação do Mestrado também reorientou o planejamento das atividades de pesquisa e de extensão da Graduação com o alinhamento e fortalecimento das linhas de pesquisa existentes no Mestrado às atividades de pesquisa promovidas regularmente pela Graduação (Grupos de estudo e pesquisa, Laboratório de Iniciação Científica e Salão de Iniciação Científica).

No período avaliado, houve o fortalecimento das instâncias decisórias da IES, da interação entre os órgãos colegiados e os órgãos executivos na busca pelo aperfeiçoamento das políticas institucionais e na implementação de ações voltadas à melhoria acadêmica e administrativa. A CPA constatou que ocorreram reuniões institucionais do quadro funcional com a Mantenedora, reuniões do Colegiado Superior, do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso com o NAP. Observa-se a compreensão da importância da Avaliação Institucional, entendendo-a como um dos instrumentos para reorientação do desenvolvimento institucional nas suas principais áreas – ensino, pesquisa, extensão, bem como em nível da gestão do ensino e da gestão administrativa da faculdade.

Ainda em 2017, a IES realizou esforços para a manutenção de dados organizados e temporalmente hierarquizados pelos respectivos responsáveis, referentes:

- a) à comissão de elaboração do Programa de Pós-Graduação EaD, seu encaminhamento e aprovação pelas instâncias colegiadas e aprovação pela comissão avaliadora do MEC.
- b) ao acompanhamento das ações desenvolvidas pela Coordenação do Curso de Mestrado da FMP.
- c) aos relatórios de atividades dos coordenadores de Pesquisa, Extensão, Práticas Jurídicas, TCC, Mobilidade Acadêmica e Programa de Acompanhamento de Egressos.
- c) à Secretaria-Geral e o acompanhamento de matrículas, rematrículas, trancamentos, transferências para outras instituições e evasões (a fim

de subsidiar estudos e criação de projetos para redução do índice de evasões, melhorar o índice de captação de novos acadêmicos, especialmente os diplomados e os de transferência) e de novas matrículas para os Cursos da Pós-Graduação.

- d) à administração: estabelecimento de estratégias de concessão de bolsas, não interferindo negativamente na sustentabilidade do Curso de Graduação.
- e) à administração: viabilização e manutenção do índice de investimento.
- f) à CPA: acompanhamento do nível de participação de acadêmicos, dos docentes e dos colaboradores técnico-administrativos nos processos de autoavaliação institucional.

No que tange à produção científica, desde a proposta do curso de mestrado até a solicitação do credenciamento da especialização EaD, o corpo docente debruçou-se em ampliar e qualificar sua produção científica. Neste sentido, com apoio institucional se pode observar um crescimento no número de publicações e de grupos de pesquisa criados com esta finalidade.

4.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Apoiada em sua Missão, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve política de Responsabilidade Social, conforme abordado no PDI e nas pesquisas e nos projetos de extensão que se encontram em andamento na instituição. Um reforço nesta abordagem se evidencia pelo Programa de Valorização à Vida, pelas ações do Núcleo de Práticas Jurídicas, pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão envolvendo populações vulneráveis, promoção de direitos humanos e o debate sobre o cenário político atual. A FMP adota a concepção de Responsabilidade Social a ser por ela exercida em programas diversificados com suas respectivas atividades, dentre eles:

- a) Núcleo de Práticas Acadêmicas: órgão encarregado de coordenar e supervisionar, no âmbito da faculdade de Direito, a realização do estágio curricular obrigatório, do estágio extracurricular não obrigatório e de outras atividades práticas que devem ser cumpridas pelos acadêmicos do curso de Direito, conforme previsto no projeto de Curso em sua Matriz Curricular e

regulamentado pelo Ato normativo da direção superior nº004/2009, desenvolvido prioritariamente por meio de atividades específicas:

- **Assessoria Jurídica Gratuita:** A Fundação da Escola Superior do Ministério Público firmou, em 2012, termo de mútua cooperação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, entidade filantrópica, assistencial médico hospitalar, de ensino e pesquisa em saúde para realização de assessoria jurídica extrajudicial sob forma de consultoria, para seus empregados integrantes do quadro de pessoal, seus respectivos familiares e médicos integrantes do seu corpo clínico, de forma gratuita. A assessoria jurídica é prestada nas seguintes especialidades: direito de família, direito comercial, direito do consumidor, acidentes de trânsito, locações, juizado especial cível e criminal. Os acadêmicos são responsáveis pelos atendimentos e encaminhamento da melhor solução dos questionamentos jurídicos junto com o professor supervisor e demais docentes da faculdade. O agendamento para que o público-alvo receba o respectivo atendimento é realizado pela Santa Casa, que também se compromete ao fornecimento de espaço físico e infraestrutura, pois a assessoria jurídica se realizará preferencial em espaço cedido por esta instituição, de modo a possibilitar a execução da atividade objeto do presente termo. As atividades são prestadas pela FMP por intermédio dos seus alunos da Graduação, sempre sob a supervisão de um professor.
- **Projeto de Mediação Civil:** envolve a participação de estudantes e docentes no projeto de mediação cível junto ao Centro Judicial de Mediação Familiar do Foro Central de Porto Alegre. Visa a oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito práticas de mediação, observando a aplicação dessa técnica, como instrumento de composição de conflitos familiares. O projeto está sendo reelaborado para atender a necessidade de criação da disciplina de Métodos Autocompositivos de Resoluções de Conflitos, quando da aprovação da alteração da Matriz Curricular.
- **Representação processual:** A Fundação da Escola Superior do Ministério Pública firmou, no segundo semestre de 2017, termo de mútua cooperação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de

Porto Alegre, entidade filantrópica, assistencial médico hospitalar, de ensino e pesquisa em saúde para realização de assessoria jurídica judicial em continuação ao termo anterior firmado. O termo viabiliza o préstimo, pelo Escritório Jurídico da FMP, de serviços jurídicos ao público-alvo deste instrumento, em sede de representação processual, os quais consistem no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais à comunidade carente, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão de Assistência Judiciária Gratuita. As atividades consistem na elaboração de peças processuais, participação em audiências e acompanhamento do trâmite processual. Serão atendidos pelo Escritório Modelo aqueles que possuem renda familiar de até 3 (três) salários mínimos e com demandas nas áreas de Direito de Família e Contratos. O atendimento inicial, na forma de assessoria jurídica, conforme cláusula primeira, ocorrerá nas dependências do Complexo Santa Casa, onde o Programa Acadêmico de Assessoria Jurídica Extrajudicial da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público atende desde 2013. Identificada a necessidade de demanda judicial nas áreas atendidas, os acadêmicos responsáveis terão disponíveis as datas de agendamentos para atendimento dos clientes no Escritório Modelo, bem como para os encaminhamentos iniciais para a propositura da demanda. Toda atividade realizada pelo aluno no Escritório Modelo é supervisionada pelo professor-orientador que é o advogado responsável por cada demanda judicial, ficando o acadêmico responsável pelo cliente que atende, devendo comprometer-se a encaminhar e cuidar de todos os movimentos processuais necessários para o andamento da demanda judicial.

- **Câmara de mediação:** No segundo semestre de 2015, a FMP firmou Protocolo de intenções com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o PROCON-RS com objetivo de estabelecer condições de cooperação entre os partícipes, visando a mediação de conflitos consumeristas, com a criação da Câmara de Mediação de Relações do

Consumo. A colaboração ocorre em base de igualdade e de proveito recíproco, de acordo com as possibilidades disponíveis, sendo sempre operacionalizada mediante prévio e adequado instrumento jurídico a ser firmado entre as partes, e obedecidas as normas legais e regulamentares pertinentes à matéria. Os acadêmicos, acompanhados de professores da Faculdade de Direito e advogados do PROCON/RS são mediadores de audiências entre clientes e empresas.

- **Balcão do consumidor:** No segundo semestre de 2017/2 a FMP, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o PROCON/RS celebraram entre si protocolo de intenções para criação do balcão do consumidor. Consideram a política nacional das relações de consumo insculpida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.078/90, a imperiosa necessidade de atendimento da população de Porto Alegre/RS, o incentivo à educação, ao consumo e à prática acadêmica dos alunos do curso de Direito. Os atendimentos aos consumidores são realizados por acadêmicos da Faculdade de Direito da FMP. O acadêmico recebe o consumidor, faz a descrição dos fatos e depois realiza o contato com o fornecedor, via telefone, com o objetivo de realizar uma mediação. Caso não se tenha êxito na mediação, as denúncias e aberturas de processos administrativos deverão ser encaminhadas ao PROCON/RS. O professor orientador, vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica, terá acesso ao SINDEC, proporcionando o registro dos atendimentos no Sistema Nacional de Informações ao Consumidor, vinculado ao Ministério da Justiça e será fornecida senha, pelo PROCON/RS, aos usuários do sistema. Inicialmente os alunos realizam capacitação no PROCON para atendimento no balcão do consumidor da FMP, para posteriormente atender no escritório modelo o público alvo do projeto: os colaboradores e os discentes.

- **Conhecendo o acolhimento institucional:** No segundo semestre de 2017/2, a FMP firmou parceria com projeto interinstitucional “Conhecendo o Acolhimento Institucional” com o objetivo de oportunizar uma exposição profunda dos desafios concernentes à temática da adoção e do acolhimento institucional por meio de palestra, de atuação processual, do contato com a realidade da rede de acolhimento institucional da cidade de Porto Alegre e da colaboração no Projeto Rede Solidária do Ministério Público Estadual. O projeto proporciona um espaço para a reflexão sobre os temas da infância e juventude em situação de risco pessoal e social essenciais à formação e à prática jurídica contemporânea. As atividades do projeto vinculadas ao NPA correspondem a visitas aos abrigos e casas-lares componentes do sistema de acolhimento institucional do município de Porto Alegre. O acompanhamento, dos acadêmicos, em processos judiciais/extrajudiciais, bem como a participação em audiências que envolvam a temática proposta.

b) Grupos de pesquisa, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes, dentre eles destaca-se:

- **Regularização fundiária:** o projeto destina-se a acompanhar a atuação específica do Ministério Público em expedientes (inquéritos civis, peças de informação e ações civis públicas) de loteamentos irregulares e ocupações, oriundos das Promotorias de Justiça Especializadas do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público e dos professores designados pela FMP.

c) Projetos de extensão, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes, dentre eles destacam-se:

- **Programa de Valorização à Vida:** está estruturado em quatro eixos: Atenção às Diversidades, Apoio à Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente e Programa Doe Sangue. Relativo ao apoio à pessoa com deficiência uma comissão foi formada com representantes do corpo docente, discente e de colaboradores. Esta comissão acompanha um

conjunto de melhorias de infraestrutura, já implementadas pela IES, tais como: instalação de piso tátil no 7º andar; instalação de bebedouro para cadeirante, nos andares 6º, 7º e 12º; adaptação do banheiro feminino para utilização de cadeirantes, no 6º andar; adequação banheiros (retirada de obstáculos, instalação de espelhos para cadeirante, alteração de portas, instalação de apoio próximo ao sanitário), nos andares 12º, 7º e 6º; instalação de placa de identificação de WCs para cadeirantes no 7º andar; adaptação de mesa para cadeirante (instalação de rodízios - 2 unidades); rebaixamento do tablado do auditório localizado no 7º andar; instalação de fitas luminosas nas vidraças, para pessoas com baixa visão; retirada de obstáculos no 12º andar; adaptação de mesas da Biblioteca para acesso de cadeirantes; e elevadores sinalizados com braile e sistema sonoro.

- Visita às Casas Prisionais, envolveu a participação de 42 acadêmicos e visitas a 8 estabelecimentos prisionais. O projeto tem como objetivo central a aproximação do discente com a realidade do sistema carcerário, palco de corriqueira violação aos direitos e garantias fundamentais das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional. O Projeto ocorreu no segundo semestre letivo de 2016, onde, primeiramente foram efetivadas as visitas institucionais, e um evento de socialização dos resultados à comunidade acadêmica realizado no Auditório da FMP/RS. Cada grupo desenvolveu um artigo científico dentro do tema pesquisado, que será revisado e organizado para publicação institucional de e-book.
- Campanhas sociais de doação de alimentos, materiais de higiene e materiais escolares. Durante o triênio, três ações de grande repercussão foram realizadas integrando colaboradores, docentes e discentes voltadas para populações específicas em situação de vulnerabilidades social. Uma das ações foi mobilizada por coletivo de estudantes que produziram campanha de arrecadação de materiais de higiene e absorventes para mulheres encarceradas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A arrecadação de materiais escolares promovida pelos colaboradores e docentes para crianças em situação de vulnerabilidade

social é realizada anualmente no momento institucional denominado “Natal Solidário”. Além disso, foram incorporadas atividades de campo na graduação de visita a Instituições de Acolhimento Institucional, onde vivem crianças em situação de risco e vulnerabilidade social, na cidade de Porto Alegre, com a entrega de brinquedos e piquenique coletivo, organizada, anualmente, pelos acadêmicos matriculados na disciplina de Psicologia Jurídica. A Faculdade também apoiou o evento organizado pela prefeitura de Porto Alegre, Governo do Estado e o Ministério Público Estadual que promoveu uma festa Natalina para mais de mil crianças em situação de acolhimento institucional nos anos de 2016 e 2017. Em 2017, a Campanha do Agasalho, objetivou coletar 500 peças de roupas para doação. O engajamento dos colaboradores garantiu superação da meta.

d) Acompanhamento de estudantes com dificuldades (psicossociais e econômicas) em todo o ciclo de formação e egressos realizados pelo NAP e Coordenação de Egressos.

A Faculdade conta, também, com cinco parcerias permanentes com entidades, organizações governamentais e universidades públicas que atendem diretamente a responsabilidade social, sendo eles: o projeto Conhecendo o Acolhimento Institucional, em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual; o projeto de Pesquisa aprovado pelo Edital FAPERGS do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (FAPERGS/PPSUS), cuja temática envolve as mulheres encarceradas e o direito à saúde; o centro de Mediação, realizado em parceria com o Procon/RS; o convênio de prestação jurídica gratuita com o Hospital Santa Casa; e a parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no desenvolvimento dos Colóquios de Família e Sucessões e Almoço em Família. Os Colóquios de Família e Sucessões, realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) na Faculdade, promovem palestras mensais gratuitas para a comunidade acadêmica e comunidade em geral.

Nos cursos de Pós-Graduação a responsabilidade social está atrelada a duas perspectivas. A primeira é a relacionada ao Curso de Especialização em

Direito da Infância e Juventude. Esse curso, desde o seu início, foi se desenvolvendo em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma opção natural para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma consciência cultural que anteceda a mudança social. Nesse sentido, o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade. A segunda perspectiva relacionada à responsabilidade social é vislumbrada na qualificação de quadros funcionais da administração pública. A Pós-Graduação tende a melhorar a efetividade das ações administrativas e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Em sua relação com a comunidade, e com o objetivo de promover o atendimento da demanda social por um ensino acessível de qualidade, a Instituição possui planos de concessão de bolsas para entidades assistenciais, para acadêmicos com dificuldades econômicas e com entidades conveniadas.

Relativas às atividades de responsabilidade social são considerados seguintes critérios para a concessão de bolsas:

- a) apoio aos acadêmicos em situação de carência socioeconômica.
- b) atendimento diferenciado aos diplomados.
- c) premiação por destaque acadêmico (láurea e 1 lugar da turma).

As bolsas-premiação são aquelas que demonstram apreço pelos resultados de desempenho, que, sem dúvida, na grande maioria das vezes, se referem à elevação ou afirmação da autoestima do contemplado com o prêmio. Assim sendo, a Faculdade concedeu apoio com bolsa parcial e benefícios para:

- a) os 1º e 2º colocados do processo seletivo, desconto de 30% e 20%, respectivamente, nas mensalidades durante o primeiro semestre da do Curso de Direito - bacharelado.
- b) o melhor acadêmico concluinte do ensino médio, indicado pelos colégios conveniados com a IES, desconto de 50% nas mensalidades do primeiro semestre do curso.
- c) o acadêmico concluinte da graduação com melhor desempenho recebe desconto de 50% nas mensalidades do curso Preparatório da FMP.

- d) o egresso recebe desconto de 10% nas mensalidades dos cursos de Pós-Graduação.

Os convênios firmados com diversas instituições públicas e associações concedem de 5% a 50% de desconto no curso de Direito-bacharelado aos membros, servidores e dependentes vinculados aos conveniados, beneficiando 117 alunos em 2015, 219 alunos em 2016 e 203 estudantes em 2017. Também concede aos funcionários da instituição desconto de 100% em qualquer curso – de Graduação ou de Pós-Graduação – ofertado pela Faculdade de Direito, totalizando 12 colaboradores contemplados com esse benefício em 2015, 8 em 2016 e 14 colaboradores em 2017. A concessão de bolsas, nas modalidades supra referidas, tem o caráter de Responsabilidade Social. As bolsas concedidas aos acadêmicos com carências financeiras podem ser traduzidas por aquelas que concederam desconto na ordem de 10 a 50% do valor nas mensalidades, o que viabilizou sua inclusão e permanência no meio universitário, a formação acadêmica desejada e, certamente, um diferenciado desempenho no futuro profissional. Em 2015, 77 estudantes foram beneficiados com a bolsa socioeducativa, 44 estudantes receberam descontos desta modalidade em 2016 e em 2017, 40 estudantes foram beneficiados. Ainda em 2017/2, foi aberto processo seletivo com oferta de 30 bolsas socioeconômicas de 50% a estudantes com renda familiar de até 03 salários mínimos per capita, com avaliação pela classificação na nota do ENEM, sendo das 30 ocupadas 13 vagas.

O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, destinado a financiar a educação superior de estudantes, foi liberado para a FMP em 2012/2, com a concessão do auxílio para 15 estudantes. Em 2013, foi ampliado para 41. Em 2014, 34 estudantes foram beneficiados, destes 14 transferidos e 20 novos contratos. Em 2015, 96 estudantes foram beneficiados com FIES. Já em 2016, 80 foram beneficiados e 74 em 2017.

Houve a manutenção de projeto para concessão de auxílio financeiro para estudantes com alta competência acadêmica, mas com dificuldades socioeconômicas. No âmbito da assessoria psicopedagógica, destacou-se o atendimento a estudantes com necessidades psicossociais, econômicas, familiares ou pessoais, atendendo a 100% das demandas desta modalidade realizada pela equipe do NAP. Este espaço também é usado pelos docentes,

colaboradores e egressos que buscam aconselhamento e soluções em situações didáticas, pedagógicas, econômicas, pessoais ou familiares.

Finalmente, a FMP integra o Fórum das Instituições de Ensino Superior, criado no final de 2014, que vem debatendo o papel das Instituições de ensino superior na cidade de Porto Alegre. Atualmente a Faculdade de Direito está representada no Fórum por meio do Diretor Geral da Faculdade, Dr. Fábio Roque Sbardellotto, e da Gestora Técnica Mariana Christofoli Ramos.

4.3 Outras considerações:

Para o ano de 2018, a CPA reforça a necessidade de perpetuação da cultura de acompanhamento, análise e (re)planejamento de ações de responsabilidade social, democratizando as decisões e os rumos da Faculdade, com vistas a:

- a) consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da IES, no âmbito das ações de responsabilidade social.
- b) executar as ações previstas no PDI.
- c) zelar pela busca incessante da excelência do curso com repercussão das ações na comunidade em que atua.
- d) incrementar políticas de atendimento das dimensões de avaliação do Ministério da Educação.

Foi considerado estratégico dar maior amplitude às atividades do Núcleo de Prática Acadêmica e na maior divulgação das atividades de Extensão, possibilitando a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil em geral. Destaca-se o empenho das ações voltadas a responsabilidade social, atendimentos à comunidade, seminários e palestras oferecidas de forma gratuita, bem como as ações de implantação do programa de financiamento para estudantes – FIES.

Potencialidades:

- a) a permanente adequação e avaliação das ações previstas no PDI com o correspondente Plano de Ação Anual da IES;
- b) ações e compromissos expressos no PDI em consonância com a Missão da IES e com as políticas de ensino, pesquisa e extensão;
- c) a adequação e revisão do PPC às metas e exigências legais vigentes;
- d) as ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs);
- e) análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes.
- f) os resultados das avaliações dos anos anteriores e das melhorias decorrentes da autoavaliação foram divulgados para a comunidade acadêmica;
- g) observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES;
- h) as avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade do PDI, de suas respostas às demandas institucionais e à projeção de ações para 2017 e 2018;
- i) a expansão das ações de responsabilidade social da Faculdade em parcerias com os segmentos de docentes, discentes e colaboradores;
- j) os esforços para a implantação de Escritório Modelo, que conta com espaço físico, mobília e recursos humanos já implementados na IES;
- k) o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre, como espaço de colaboração, discussão e inovação;
- l) incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de variados cursos de extensão presencial e EaD, atividades culturais e transdisciplinares;
- m) aumento da produção científica docente em revistas nacionais e internacionais;
- n) publicações eletrônicas produzidas pelo corpo docente na forma de E-book
- o) investimento em infraestrutura para a implementação de atividades EaD (plataforma Moodle, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede Wireless);

- p) investimento na ampliação e reforma da infraestrutura para a implantação do Mestrado;
- q) investimento em equipamentos e materiais permanentes para dar suporte às atividades de ensino;
- r) o incremento de instituições e novas parcerias para a execução das atividades pelo Núcleo de Prática Acadêmica.

Desafios:

- a) Prosseguir com a qualificação e implementação das metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional atendendo as demandas de responsabilidades social intrínsecas a uma Instituição de Ensino.
- b) Dar continuidade e ampliar a rede de parceiros para que de retorno social para a comunidade acadêmica e sociedade civil.

5. POLÍTICAS ACADÊMICAS

QUADRO N.º 14 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO III

EIXO 3/dimensões		PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2015/2017
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo	ENSINO	Revisão da avaliação da aprendizagem	Reuniões com o Colegiado do Curso, para obtenção de avaliação de resultados e melhoria na avaliação da aprendizagem. Criação da Coordenação de Apoio para Avaliações Externas, visando os índices OAB e ENADE
		Perfil da excelência: Curso de Graduação de	Reuniões de estudos com o NDE e o Colegiado do

procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades		Direito	Curso e NAP
			Revisão semestral dos Planos de Ensino.
			Propostas de Metodologias potencializadoras da aprendizagem
		Perfil de excelência: Pós-Graduação	Ampliação da oferta de cursos. Oferta de cursos na modalidade à distância.
		Programa de Apoio Pedagógico Institucional	Ampliação do Projeto de Acolhimento; Projeto Workshop de Preparação para bancas; Simulados de nivelamento; Projeto Doble e Plus.
		Monitoria	Manutenção das atividades de monitoria no atendimento dos acadêmicos
		Incremento à atividade docente	Projeto de capacitação docente
	PESQUISA	Salão de Iniciação Científica	Novas edições do Salão de Iniciação Científica da FMP.
		Laboratório de Iniciação Científica	Estímulo a participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa desde o início do curso.
		Bolsa de Pesquisa	Aumento dos alunos com bolsa participantes dos grupos de pesquisa

	Estímulo à disseminação do conhecimento desenvolvido na Faculdade	Participação dos docentes e apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais.
	Estabelecimento de meta para produção científica docente	Elaboração de dois artigos científicos anuais para professores de tempo integral
	Divulgação da produção docente e discente através de publicações	Publicação do E-books. Ex: ENADE. Questões do exame comentadas pelos docentes da Faculdade
	Divulgação da produção científica da Faculdade em revistas indexadas internacionalmente	Publicação de artigos por docentes.
EXTENSÃO	Incremento às atividades de extensão	Aula Magna
		Fronteiras Jurídicas.
		Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas.
		Jornadas Interdisciplinares
		Curso de Dicção e Oratória; Curso de Português Jurídico
		Prata da Casa
		Cinema e Direito
		Literatura e Direito
		Atrium – Simulado Jurídico
		Semana Acadêmica
Audiência Didática		

			Colóquio de Família e Sucessões
			Seminário Internacional - Mestrado
			Almoço em Família IBDFAM
			Curso Internacional – Refugiados
			Sarau Literário
Pós-Graduação		Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	Oferta de Especialização em diversas áreas presencial e EaD
		Curso de Mestrado	Autorização de Oferta de Mestrado; #º turma de mestrandos da FMP
Políticas de atendimento ao estudante e aos egressos	PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	Mobilidade Acadêmica	Intercâmbio Itália, Romo, Portugal, Chile
			Competição Simulado de Washington
			Competição de Mendoza
			Curso de Bioética em Yale
		Viagem Acadêmica	
		Núcleo de Apoio Psicopedagógico	Assessoria a professores e estudantes; Acolhimento dos calouros; Monitoria e Laboratório de Ensino; Atendimento psicopedagógico e psicossocial

			permanente.
		Programa de Acompanhamento de Egressos	Descerramento da placa; 1º Semana do Egresso; Mapeamento dos egressos no mercado de trabalho; Oferta de atividades de nivelamento e abertura edital de seleção do Mestrado
		Projeto Hiato	Acompanhamento dos calouros antes do início das aulas.
		Programa Contra prova	Realização de projetos: Talento versus prova, a feira do livro e sarau literário
A política para o Ensino	Revisão dos documentos institucionais PPC e Regimento da Faculdade	Criação da Comissão para revisão do PPC. E outra comissão para estudo e revisão do Regimento da Faculdade.	
	Oferecimento de cursos de extensão em EaD	Realização do curso de nivelamento OAB para os alunos da graduação e egressos na modalidade à distância; gravação de palestras, cursos e encontros e disponibilização EaD pelo Projeto FMP Gold	
	Oferecimento de recursos didáticos pedagógicos atualizados	Utilização da plataforma Moodle para realização de cursos e atividades de extensão. Preparação para apresentações Orais	

	Criação de eventos de socialização dos resultados de viagens técnicas, intercâmbios com subsídio da Faculdade	Realização de eventos nacionais e internacionais. Realização de simulado de preparação para o Juri simulado de Washington. Roda de Conversa, projeto para troca de experiência da Mobilidade Acadêmica.
	Customização da Plataforma Moodle de acordo com o projeto de EaD institucional, os PPCs dos cursos e das demais demandas institucionais	Solicitação do credenciamento da instituição para oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> na modalidade EaD. Desenvolvimento do projeto de implantação da pós-graduação na modalidade a distância. Implantação e funcionamento de mais de 5 cursos na modalidade a distância.
	Revisão e aquisição de novos títulos e periódicos para a Biblioteca	Atualização dos planos de ensino com revisão bibliográfica. Ampliação do acervo com aquisição de novos exemplares semestralmente
	Oferecimento e articulação de viagens de estudos dos alunos para outros países	Realização de viagens acadêmicas para Washington, Lisboa e Roma.
	Realização da Feira do e Sarau Literário	Realização da FERIA do livro da instituição com mostra de livros clássicos e mostra fotográfica do memorial do Ministério Público. Realização da sessão de autógrafos com lançamento de livros e e-book de docentes da Faculdade. Sarau com troca de obras entre os acadêmicos e doações.
	Fórum das IES	Participação no Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre.
	Novo site	Desenvolvimento do novo site da FMP.

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	FMP nas redes sociais e BLOG	Geração de conteúdo sobre a FMP nas redes sociais e no blog
	Jornal Impresso	<i>Jornal</i> com redação de notícias acadêmicas, com edição trimestral.
	Assessoria de Imprensa	Divulgação de informações sobre a FMP na Imprensa (cursos, ações, projetos, eventos) Elaboração de um projeto (FMP na Imprensa) (de visitas às redações dos jornais, entrega de material da FMP e realização de workshop para jornalistas).
	Comunicação Visual	Criação dos materiais de divulgação da FMP
	Programa Imersão e Hiato	Tour Carreiras Jurídicas Realização de mais edições do projeto, voltado a estudantes do Ensino Médio, interessados em cursar Direito.
	FMP Itinerante	Incremento de palestras sobre a FMP e temas jurídicos em escolas e instituições. Interlocução com escolas e ou instituições.
	Fidelização e divulgação da marca	Projeto de divulgação da marca FMP como instituição de qualidade no ensino jurídico no RS; Ampliação do cadastro para público externo.

5.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Avaliação Institucional, por sua já legitimada relevância junto à vida acadêmica, analisa as informações do processo avaliativo com o Plano de Ação Anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional. No PDI (2015-2019), dentre as ações propostas no objetivo estratégico, identifica-se “expandir e qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão”. As informações produzidas neste processo revelam e orientam a tomada de decisão quanto:

- a) à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, envolvendo tanto professores da Graduação como da Pós-Graduação;
- b) ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, da pesquisa e da extensão;
- c) à observância dos processos de avaliação da aprendizagem, na busca da implementação em número e qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

Nos ciclos avaliativos (2015/2017), o ensino foi avaliado de forma global pelos discentes no primeiro semestre, deixando a autoavaliação de docentes e de colaboradores para o segundo semestre. Os graus médios de satisfação dos acadêmicos estão expressos no Quadro n.º 8:

Também foram foco do processo de autoavaliação institucional a:

- a) avaliação do docente pelo acadêmico por disciplina;
- b) autoavaliação do docente;
- c) autoavaliação do acadêmico;
- d) avaliação da infraestrutura pela comunidade acadêmica.

QUADRO N.º 15 – GRAU MÉDIO DE SATISFAÇÃO - 2015 A 2017⁶

SEMESTRES	Grau médio de satisfação 2015	Grau médio de satisfação 2016	Grau médio de satisfação 2017
1.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre diurno	3,8	4,3	4,0
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre noturno	4,2	3,7	4,0
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 1.º semestre	4	4,1	4,0
2.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre diurno	4,3	4,4	4,1
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre noturno	4,2	4,3	3,7
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 2.º semestre	4,2	4,4	4,0
3.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre diurno	4,1	3,9	4,4
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre noturno	4,3	4,3	4,1
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 3.º semestre	4,2	4,0	4,2
4.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre diurno	4,3	3,8	4,3
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre noturno	4	4,3	4,4
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 4.º semestre	4,1	4,0	4,3
5.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre diurno	4	4,3	4,2
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre noturno	3,9	3,8	4,3
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 5.º semestre	3,9	4,2	4,2
6.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre diurno	4,1	4,2	4,3

⁶ O parâmetro da avaliação tem como referência o grau máximo de 5,0.

Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre noturno	4,3	4,2	4,5
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 6.º semestre	4,2	4,2	4,4
7.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre diurno	4	4,3	4,5
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre noturno	3,9	4,2	4,5
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 7.º semestre	3,9	4,3	4,5
8.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre diurno	4,2	4,3	4,5
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre noturno	4,4	4,6	4,2
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 8.º semestre	4,3	4,4	4,4
9.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre diurno	4,1	4,0	4,1
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre noturno	4,3	4,2	4,1
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 9.º semestre	4,2	4,0	4,1
10.º semestre			
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre diurno	4,2	3,8	4,2
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre noturno	4,1	3,8	4,1
Grau médio de satisfação dos acadêmicos do 10.º semestre	4,1	3,8	4,1
Grau médio de satisfação da totalidade de acadêmicos respondentes de todos os semestres	4,1	4,1	4,2

Fonte: Relatório CPA, jan. 2018

5.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS QUE ADQUIRIRAM VISIBILIDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO.

As atividades desenvolvidas e acompanhadas, referentes ao ensino, evidenciaram o cumprimento do estabelecido no Plano de Ação Anual.

No período em análise houve a continuidade do estudo da matriz curricular pelo NDE, cujas propostas foram debatidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso e Colegiado Superior, quanto à:

a) Continuidade na implantação da nova organização da matriz curricular, do ementário e da seriação das disciplinas, que contaram com as seguintes alterações, a partir de 2012/2:

- oferta da disciplina de Teoria da Argumentação Jurídica no segundo semestre do curso (2013/1);
- oferta da disciplina de Hermenêutica Jurídica no primeiro semestre do curso (2013/1);
- oferta da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TC 1) no oitavo semestre do curso (2012/2);
- oferta da disciplina de TC 2 no nono semestre do curso (2012/2);
- Criação da disciplina de Prática de Processo Trabalhista no décimo semestre, a partir de 2016/1;
- Criação da disciplina de Responsabilidade Civil e extinção da Disciplina de Processo Coletivo, a partir de 2016/1.

b) em 2017, foi criado e regulamento do NPA (Núcleo de Práticas Acadêmicas), que envolvem as Práticas Jurídicas, atividades de Assessoria Jurídica e do Escritório modelo.

O Núcleo de Prática Acadêmica desenvolve as atividades de organização, planejamento e auxílio das atividades previstas nas práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, juntamente com a coordenação do curso e os professores responsáveis, respectivamente em cada disciplina que constam da matriz curricular do curso de direito.

As atividades envolvem:

- convênio de mútua cooperação com a Santa Casa: o préstimo, pelo Escritório Jurídico da FMP, de serviços jurídicos ao público-alvo deste instrumento, em sede de representação processual,

os quais consistem no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais à comunidade carente, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão de Assistência Judiciária Gratuita. As atividades consistem na elaboração de peças processuais, participação em audiências e acompanhamento do trâmite processual.

- a disciplina de prática jurídica - estágio obrigatório promove a prática real no ramo do Direito e o espaço profissional de sedimentação dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, oportunizando ao aluno atuar como efetivo agente de transformação social por meio de formação interdisciplinar, ética e humanista – em locais profissionais reconhecidos no cenário municipal e estadual (conveniados com a Fundação Escola Superior do Ministério Público). Alternativamente, exercícios de atividades de prática jurídica em situações reais de intervenção jurídico-social propiciadas pelas atividades de pesquisa e extensão da FMP.
- no segundo semestre de 2017/2 a FMP, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, a secretaria do desenvolvimento social, trabalho, justiça e direitos humano e o Procon/RS celebraram entre si protocolo de intenções para criação do balcão do consumidor. Considerando a política nacional das relações de consumo, a imperiosa necessidade de atendimento da população de Porto Alegre/RS, o incentivo à educação, ao consumo e à prática acadêmica dos alunos do curso de Direito.

c) Incremento de novas parcerias para realização de estágios. As parcerias realizadas para oportunizar estágios obrigatórios e não obrigatórios foram:

**QUADRO N.º 16 - AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES
CONVENIADAS ENTRE 2015 E 2017**

Instituições / 2015
Antunes da Cunha Assessoria Jurídica
Bento Advogados
Duquia Advogados Associados
Fábio Gomes Advogados
IGEPRO
Instituto Brasileiro de apoio a modernização administrativa- IBRAMA
Koch Advogados Associados
Kolb, Quintana, Hilgert & Grechi Advogados
Maciel Pletz Advogados e Consultores
Ministério Público do RS
Moscardini Advogados Associados
Nuncio Advogados Associados
Poder Judiciário Estadual
Registro de Imóveis da 3ª zona de POA
Terra, Vianna Advogados S/S
Instituições / 2016
Abreu & Kessler Assessoria Jurídica S/C
Boccacio & Moreno Advogados Associados
CEFOR- RS
Comissão de Exame da Ordem OAB
Conselho Regional de Educação Física da 2ª região
Conselho Regional de Enfermagem do RS - COREN/RS
Da Broi e Oliveira Advogados Associados
Dra Denise Kersting Puls
Escritório de Advocacia Cabanellos Schuh
Escritório de Advocacia Fabio Barrichello – Assessoria Jurídica
Escritório Jaccottet, Jaccottet & Advogados
Estágio Sul
Faraco de Azevedo Advogados
FIJO- Fundação Irmão José Otão
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH
Gracioli Dadalt Advogados Associados
Hábil Gestão de Pessoas
Ipiranga
LC Lopes Madeira-Advocacia
Lopes & Menna Barreto Advogados
Proceconta Consultoria Contábil e Empresarial SS
Rodrigues de Freitas Galvão Advogados
Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados
STV Segurança e Transporte de valores Ltda
Villarinho Sá, Lubisco e Prevedello Advogados- nome fantasia: Totum empresarial
Instituições / 2017

Agência de Talentos do Sul Ltda
Alexandre Simões Sociedade Individual Advocacia Eireli
Alexandretti, Comunello , Rohden & Advogados Associados
Barcellos Advocacia Empresarial
Caliendo Estevez Advogados S/S
Carlos Emilio Jung Advogados Associados
Carpena Advogados Associados
Carvalho, machado e timm advogados
Daniel Fernando nardão
Escritório Boza & Fochesatto
Escritório Faraco de Azevedo
Holzmeier Advogados Associados
Instituto Eccos
Klafke & Grinstein Advocacia
Magadan & Maltz Advogados
Mincarone Advogados Sociedade Simples
Mônica Fernandes Guazelli Advogadas
Olinto Lopes Advogados Associados
Paese, Ferreira & Advogados Associados
Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região
Rizk Advogados
Rodrigo Alves Nunes
Rosimeri Kulmann Advocacia Sociedade Individual de Advocacia Eireli
Roveda, Soares e Berwanger Advocacia empresarial
Sampaio Advocacia - Sociedade Individual de Advocacia
Torelly Bastos Advogados Associados

Fonte: Assessoria Acadêmica, jan. 2018

Nos aspectos gerais relacionados às políticas de ensino, destaca-se que a FMP, a partir dos resultados da avaliação institucional, previu a importância de dar continuidade à revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) com a implementação de atividades de formação de professores, especialmente nos temas de avaliação da aprendizagem e de metodologias potencializadoras da aprendizagem. Uma das ações propositivas observadas foi a utilização de ferramentas de metodologias ativas com avaliação positiva dos estudantes. O projeto de integração interdisciplinar passou a ser planejado anualmente a partir de 2015, com intercâmbio entre as diferentes áreas de conhecimento do curso. As atividades desta natureza passaram a compor o planejamento semestral com previsão nos Planos de Ensino.

Com este projeto, ampliou-se o conjunto de eventos de caráter inter e transdisciplinares, culminando na maior integração entre as disciplinas, como por exemplo, no evento internacional sobre “Violência de Gênero e Direitos

Humanos”, promovido pelos professores das disciplinas Processo Penal II e Psicologia Jurídica em 2015 e com professores convidados da Universidade de Buenos Aires e Fundação de Altos Estudos em Ciências Jurídicas da Argentina. Em 2016, o projeto interdisciplinar de destaque na graduação foi chamado “Visita às Casas Prisionais” que envolveu a participação de 42 acadêmicos e visitas a 8 estabelecimentos prisionais. O projeto tem como objetivo central a aproximação do discente com a realidade do sistema carcerário, palco de corriqueira violação aos direitos e garantias fundamentais das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional. O projeto ocorreu no segundo semestre letivo de 2016, onde, primeiramente foram efetivadas as visitas institucionais, e após um evento de socialização dos resultados à comunidade acadêmica realizado no Auditório da FMP/RS. Cada grupo de alunos desenvolveu um artigo científico dentro do tema pesquisado que foi divulgado com a publicação institucional de E-book. Em 2017, a grande parceria que merece destaque pelo caráter interinstitucional e interdisciplinar foi o convênio firmado com o Ministério Público Estadual chamado “Conhecendo o Acolhimento Institucional”. O projeto envolve a participação de estudantes de 2º a 10º semestres em atividades plurais vinculadas a rede de acolhimento institucional da cidade de Porto Alegre, incluindo campo de estágio para estudantes matriculados na disciplina de Prática Jurídica V.

A partir de 2015, a implantação da plataforma Moodle como suporte às atividades, cursos e atividades de extensão possibilitou a ampliação da oferta de atividades de Educação à Distância, principalmente de nivelamento, e outras gratuitas para alunos da graduação e egressos da Faculdade.

Destacam-se, também, as reuniões de revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso realizadas pelo NDE, bem como as atividades da Formação Continuada dos Docentes, que ocorreram de forma sistemática. Ao longo de 2015, 2016 e 2017, observou-se pelas atas analisadas o trabalho de análise e proposição dos membros do NDE e do Colegiado de Curso no acompanhamento e avaliação das mudanças resultantes da revisão da matriz curricular do curso e do PPC. O processo de avaliação destacado acima, baseado na reflexão planejamento ação representa o foco da IES pela busca permanente da qualidade do ensino.

5.2.1 Programa de Pós-Graduação

A política que a Faculdade tem adotado para o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu não difere, substancialmente, da política do Curso de Graduação. O foco da Pós-Graduação tem sido as áreas do Direito em que a FMP tem expertise de atuação. Destaca-se o Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado. No ano de 2015, a IES realizou a solicitação de credenciamento para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino à Distância. Em 2017 os primeiros cursos foram ofertados na modalidade à distância, após a publicação da Portaria 191 de 3 de fevereiro do mesmo ano, de credenciamento da IES. Os cursos tem estrutura curricular integradora, com unidades comuns a mais de uma especialização.

O principal objetivo da oferta EaD é alcançar locais fora da cidade de Porto Alegre e do estado do RS, oportunizando aos operadores do direito acesso a cursos de especialização de qualidade e excelência.

Da mesma forma, ao final do semestre letivo de 2015, a IES obteve a aprovação da oferta da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, habilitando-a para divulgar o curso de Mestrado Acadêmico, com 25 vagas anuais – área de concentração: Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis; linhas de pesquisa: L1 – Tutelas à Efetivação dos Direitos Públicos Incondicionados. L2 – Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais. O Curso de Mestrado iniciou sua primeira turma em abril de 2016.

A Faculdade se coloca, dessa forma, com seus cursos de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, como opção natural para qualificar a ação administrativa na área pública dos órgãos de administração direta e indireta em todas as esferas regionais. O quadro a seguir apresenta, em síntese, as atividades da Pós-Graduação no desenvolvimento dos Cursos de Especialização.

A oferta de curso EaD estão progressivamente sendo estruturadas.

QUADRO N.º 17 – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO OFERTADOS EM 2015, 2016 E 2017

2015

Curso:	Direitos da Criança e do Adolescente (Presencial)
Objetivo:	Estimular a pesquisa científica na área da infância e da juventude. Auxiliar na aproximação e na integração pessoal e operacional dos profissionais com atuação na área da infância e da juventude.
Curso:	Direito Público (Presencial)
Objetivo:	Capacitar os diversos operadores do Direito, dotando-lhes de conhecimentos técnicos, acadêmicos, legal, jurisprudencial e doutrinário de matérias relevantes ao desenvolvimento de suas atividades vinculadas ao tema.

2016

Curso:	Especialização em O Novo Código de Processo Civil em Perspectiva e as Tutelas Coletivas como Instrumentos de Defesa da Cidadania (Presencial)
Objetivo:	Propiciar aos estudantes um espaço de debate amplo e aberto, no que tange às questões relevantes no âmbito do processo civil contemporâneo e da proteção dos direitos coletivos como instrumentos de defesa da cidadania, sob as luzes do novo Código de Processo Civil.
Curso:	Pós-Graduação em Direito Penal (Presencial)
Objetivo:	Capacitar e qualificar os profissionais do Direito e das áreas afins para atuarem no ramo do Direito Processual Penal.
Curso:	Pós-Graduação em Ciências Criminais (Presencial)

Objetivo:	Capacitar e qualificar os profissionais do Direito e das áreas afins para atuarem no ramo das Ciências Criminais.
Curso:	Pós-Graduação em Direitos Difusos e Coletivos
Objetivo:	Capacitar e qualificar os profissionais do Direito e das áreas afins para atuarem no ramo dos Direitos difusos e coletivos.
Curso:	Pós-Graduação em Processo Penal
Objetivo:	Capacitar e qualificar os profissionais do Direito e das áreas afins para atuarem no ramo do Direito Processual Penal

2017

Curso:	Pós-Graduação em Direito da Criança e do Adolescente: Ênfase no Sinase e em Justiça Restaurativa (Presencial e EaD)
Objetivo:	Contribuir para o alcance de níveis cada vez maiores de excelência em educação jurídica; colaborar, de forma teórica e prática, com a melhoria de indicadores sociais, buscando, por meio dos egressos, a efetivação dos direitos fundamentais; construir propostas alternativas de mudanças sociais em nível de políticas públicas.
Curso:	Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões (Presencial e EaD)
Objetivo:	Propiciar aos profissionais um espaço de debate amplo e aberto, no que tange às questões relevantes no âmbito do direito de família contemporâneo e sucessões, sob as luzes do novo Código de Processo Civil e em caráter interdisciplinar.
Curso:	Pós-Graduação em Direito Administrativo e Gestão Pública: Uma Abordagem Interdisciplinar (Presencial e EaD)

Objetivo:	Propiciar aos estudantes a oportunidade da ampliação da construção do conhecimento interdisciplinar constitucional, em um espaço de debate amplo e aberto relativo às questões do Direito Administrativo e Gestão pública na formação de competência especializada crítica e inovadora
Curso:	Pós-Graduação em Direito Processual Civil: O Novo Código de Processo Civil em Debate (Presencial e EaD)
Objetivo:	Propiciar aos estudantes um espaço de debate amplo e aberto, no que tange às questões relevantes no âmbito do processo civil contemporâneo, sob as luzes do novo Código de Processo Civil
Curso:	Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho (Presencial e EaD)
Objetivo:	Formar especialistas, em nível de Pós-graduação, na área do Direito Material e Processual do Trabalho, com condições de compreender e explicar, teoricamente, esse ramo do Direito e a importância especial de que se reveste no contexto de um Estado Democrático e Social de Direito.
Curso:	Especialização em Direito do Trabalho, Processo do trabalho e Seguridade Social Presencial e EaD)
Objetivo:	Formar especialistas, em nível de Pós-graduação, na área do Direito do Trabalho, Processo do trabalho e Seguridade Social, com condições de compreender e explicar, teoricamente, esse ramo do Direito e a importância especial de que se reveste no contexto de um Estado Democrático e Social de Direito.

5.2.2 Projetos de Extensão

A CPA constatou a realização de um grande número de atividades e diferentes projetos interdisciplinares na modalidade de Extensão entre 2015 e 2017, tais como: Fronteiras Jurídicas, Jornadas Interdisciplinares, Projeto Cinema e Direito, Projeto Literatura e Direito, Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas, Prata da Casa, Programa de Valorização à Vida, Projeto Revisando Direito, Projeto Mediação Familiar Civil, Colóquios de Família e Sucessões e Ciclo de palestras sobre a Valorização da Democracia e Combate à Intolerância Política, Religiosa e Racial, Sarau Literário, Semana Acadêmica de Direito Humanos, bem como os seminários nacionais e internacionais promovidos pelo Curso de Mestrado com interação da graduação.

Todos os projetos evidenciam amplo caráter de inclusão e pluralidade, conexão com as demandas sociais, relacionamento com a comunidade e assuntos de relevância para a formação discente e sua preparação para as demandas sociais do contexto Brasileiro. Também foram realizados cursos de extensão periódico com as temáticas: Oratória dirigida à área Jurídica (12h/a), A psicanálise, a violência e a lei (32h/a) e Atualização em Direito Processual Civil: O Novo Código de Processo Civil (40h/a), Curso de Nivelamento para o Exame da Ordem (280h/a) na opção EaD. Dentro do projeto tecnológico chamado Gold, a grande maioria das atividades de extensão da Faculdade de Direito da FMP são gravadas, quando da autorização dos convidados/palestrantes, e disponibilizados na plataforma Moodle, com acesso gratuito a todos os alunos matriculados na FMP.

5.2.3 Fronteiras Jurídicas e Jornadas Interdisciplinares

No projeto foram debatidos temas desafiadores e não adequadamente regulados pelo ordenamento jurídico. Os painéis versam sobre temas tais como “O Femicídio em Questão”, “Maioridade Penal, Violência e Segurança Pública”, “Liberdade Religiosa x Liberdade de Expressão: reflexões a partir do atentado à revista francesa Charlie Hebdo”, “Os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os riscos da conjuntura”, “Valorização da democracia e reflexões sobre a intolerância política no Brasil contemporâneo”, “Reflexões sobre a intolerância de gênero e orientação sexual”, “Reflexões sobre a intolerância religiosa” e “Reflexões sobre a Intolerância racial e

combate ao racismo”, entre outros. As atividades e os debates realizados foram avaliados de forma positiva, com a participação efetiva dos acadêmicos, egressos e a comunidade em geral, contribuindo para a formação geral no âmbito dos direitos fundamentais e da ordem democrática do Estado brasileiro.

5.2.4 Projeto Cinema e Direito

Em parceria com a Associação de Críticos de Cinema do RS e outros profissionais, este projeto promove a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas formas de influência na sociedade, por meio da exibição de filmes e posterior debate. Ao trazer para a discussão um crítico de cinema, o projeto se diferencia dos demais, uma vez que o filme também é analisado sob a ótica da linguagem cinematográfica. A atividade proposta possibilita a ampliação do conhecimento ético, jurídico e filosófico dos participantes.

5.2.5 Projeto Literatura e Direito

O Projeto Literatura e Direito tem o objetivo de promover a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas diversas formas de influência na sociedade, por meio do debate a respeito de textos clássicos que abordam, de modo literário, questões pertinentes ao saber jurídico.

5.2.7 Projeto de Mediação Civil

Esta ação envolve a participação de estudantes e docentes no projeto de mediação cível junto ao Centro Judicial de Mediação Familiar do Foro Central de Porto Alegre. Visa a oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito práticas de mediação, observando a aplicação dessa técnica, como instrumento de composição de conflitos familiares. O projeto também promove audiências didáticas e atividades de extensão sobre métodos autocompositivos de resolução de conflitos.

5.2.8 Colóquios de Família e Sucessões em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)

A parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no desenvolvimento dos Colóquios de Família e Sucessões e Almoço em Família, realizado uma mensalmente. Os Colóquios de Família e Sucessões realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) na Faculdade, promove desde 2015 palestras mensais gratuitas para a comunidade acadêmica e comunidade em geral. As atividades ocorrem no período de março a dezembro, nos sábados pela manhã. As palestras envolvem a atualização de profissionais no âmbito do Direito de Família, propondo painéis tais como os temas a seguir: “Guarda Compartilhada”, “Feminicídio e seus reflexos na violência doméstica”, “A Experiência da Mediação Perante o TJRS”, “A Importante Atuação do Advogado de Família nos Litígios Familiares”, “As Alterações do CPC em Matéria de Direito de Família”, “O Depoimento Especial de Criança e Adolescente Vítima de Abuso Sexual e Alienação Parental no novo CPC” e “A Situação da Concorrência Sucessória de Cônjuges e Companheiros perante os tribunais Brasileiros”.

5.2.9 Projeto Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas

O projeto visa a estimular a troca de conhecimentos, a reflexão e o debate sobre as Carreiras Jurídicas, oportunizando a aproximação entre a teoria e a prática jurídica no mundo contemporâneo. O ciclo de palestras engloba a realização de, no mínimo, quatro eventos semestrais, constituídos de mesas-redondas/painéis, sucedidos por debates, em que o integrante da mesa dispõe de 45 minutos para expor suas percepções e relatar sua experiência jurídica. O ciclo se desenvolve nos meses de março a junho e de agosto a novembro. Desde 2010/2, o ciclo desenvolveu mais de quarenta debates, envolvendo o debate sobre os desafios e perspectivas na carreira e formação jurídica.

5.2.10 Seminários Nacionais e Internacionais do Mestrado:

Em parceria com a Pós-Graduação, foi organizado o “I Seminário Nacional de Tutela à Efetivação de Direitos Indisponíveis”, nos dias 22 e 23 de outubro de 2015. Neste evento, foram realizados dois painéis "Há um novo constitucionalismo latino-americano? Condições e Possibilidades" e "Democracia, Transnacionalidade e Jurisdição: novos paradigmas", além da apresentação de artigos submetidos à apreciação das bancas examinadoras nas linhas de pesquisa "Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados no Âmbito Penal" e "Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais". Em 2016 e 2017 novas edições do Seminário Nacional foram realizadas e uma primeira edição do Seminário Internacional do Mestrado.

O quadro a seguir apresenta a evolução da oferta de atividades de extensão no período de 2015 a 2017:

QUADRO N.º 18 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS ENTRE 2015 E 2017

Extensão 2015	Extensão 2016	Extensão 2017
Programas permanentes: 7	11	10
Eventos dos programas Permanentes: 13	28	27
Extensão (eventuais): 55	32	41
Extensão (cursos): 3	3	2
78 atividades	74	80

Fonte Assessoria Acadêmica, Jan. 2018

O planejamento de atividades de extensão diversificadas, com temáticas capazes de atender os diversos públicos que frequentam a IES possibilitou um aumento no grau de satisfação atribuído a estas atividades, conforme questionário dos discentes, que aumentou de 3,8 em 2015 para 4,0 em 2017.

5.2.11 Projetos de Pesquisa

A Faculdade desenvolve projetos de pesquisa desde 2007. Os projetos de pesquisa procuram ser instrumento para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica por parte de estudantes do Curso de Graduação em Direito da FMP, eventualmente agregando acadêmicos do Curso de Especialização em Direito.

Um dos principais compromissos se constitui em estimular a participação dos acadêmicos/pesquisadores atividade de pesquisa, como Laboratório de Iniciação Científica, projeto de pesquisa e em salões de iniciação científica

Em razão da implantação do curso de Mestrado em 2016 e das alterações implementadas no âmbito da pesquisa no biênio 2016-2017, mostrou-se imprescindível a elaboração de um novo regulamento da Iniciação à pesquisa científica e da pesquisa Institucional da FMP

O novo Regulamento consolida as *Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis* como área de concentração, organizada a partir de duas linhas de pesquisa, a saber: *Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados* (Linha de Pesquisa 1) e *Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais* (Linha de Pesquisa 2). No Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq foram cadastrados dois grupos de pesquisa da FMP, que correspondem precisamente às duas linhas de pesquisa

Os projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos na FMP deverão estar vinculados a um dos dois grupos de pesquisa cadastrados. E, anualmente, antes do último dia letivo do segundo semestre, o pesquisador responsável de cada projeto de pesquisa deverá encaminhar relatório gerencial sobre as atividades desenvolvidas no período, *com destaque para as produções bibliográficas e técnicas* de todos os integrantes do projeto de pesquisa, para fins de registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

A fim de evitar ambiguidade em virtude da nomenclatura utilizada pelo CNPq, o que designávamos *grupo de pesquisa* passa a ser denominado *grupo de estudos*. Com o propósito de ampliar os debates das investigações, os grupos passam a ser abertos a discentes e docentes de outras Instituições de ensino superior, assim como a egressos, técnicos e colaboradores estrangeiros.

Até a mudança efetiva dos grupos para projetos vinculados às linhas de pesquisa do Curso de Mestrado, as atividades da Faculdade estavam dispostos conforme quadro abaixo

QUADRO N.º 19 – ATIVIDADES DE PESQUISA DESENVOLVIDAS ENTRE 2015 E 2017

LINHA DE PESQUISA	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	Nº ALUNOS 2016/1	Nº ALUNOS 2016/2	Nº ALUNOS 2017/1	Nº ALUNOS 2017/2
	Direito Fundamental à Segurança e Direito e Liberdade: A Complexa Harmonia em Matéria Penal	André Machado Maya	0	0	6	2
	Colisão de Direitos Fundamentais e o Direito como Argumentação	Anízio Pires Gavião Filho	8	8	15	9
	Patologias Corruptivas	Rogério Gesta Leal e Fábio Roque Sbardellotto	8	11	17	9
	Processo, Democracia e Decisão Jurídica: A Autonomia do Direito e as Garantias Processuais dos Bens Públicos Indisponíveis em Democracias Constitucionais	Francisco José Borges Motta	9	9	6	9
	Os Aspectos da Delação Premiada no Ordenamento Jurídico	Mateus Marques	0	0	0	6
	Lei e Liberdade – Conexões e Interfaces	Maurício Martins Reis	25	25	19	8
	Reflexões acerca do Problema do Critério Normativo e sua Determinação Vinculante	Maurício Martins Reis	1	0	6	1
	Direitos Humanos e Imigração: para além da Diversidade Cultural (do multicultural ao intercultural)	Daniela de Oliveira Pires e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	18	32	18	13
	A Promoção do Direito Social à Educação e a Política Educacional no Estado Brasileiro do Século XXI	Daniela de Oliveira Pires	0	0	7	0
	O Sentido do Direito Hoje: Baseado em Antônio Castanheira Neves	Antônio Carlos Nedel	1	16	4	01
	Transparência, Direito Fundamental de acesso e participação na gestão	Maren Guimarães Tabora	0	0	8	
	O Direito e os Animais: perspectivas interdisciplinares para a superação do especismo	Raquel Fabiana Lopes Sparemberger e Bianca Pazzini	0	0	13	23
	Direitos Humanos frente aos Desafios Contemporâneos: Efetividade e Universalidade	Eduardo Kroeff Machado	0	0	0	01
	Direito, Decolonialidade e Estudos Subalternos: Estudo dos Marcos Teóricos e Epistêmicos do Constitucionalismo Moderno/Colonial e do “Novo” Constitucionalismo Latino-Americano	Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	0	0	18	08
	Bioética,	Luiz	8	8		

	Biodireito e Direitos Fundamentais	Fernando Calil de Freitas			5	09
	Positivismo, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Democracia	Luiz Fernando Calil de Freitas	0	0	0	01
	O Processo de Formação e Desenvolvimento dos Princípios e Garantias Processuais Penais. Tensões entre a História do Direito e as Posições Doutrinária	Mauro Fonseca Andrade	0	0	5	06
	O Problema da Criminalização do Consumo e do Tráfico de Drogas	Gilberto Thums	0	14	44	0
	O Direito à Cidade em Juízo	Betânia Alfonsin	0	0	6	0
	Crimes Culturalmente Motivados	Bruno Heringer	0	3	0	0
	A Construção História da Justiça de Transição na América Latina	Daniela de Oliveira Pires	6	11	8	0
	Contratos de Créditos e a Tutela do Consumidor	Cristina Pasqual	0	6	8	0
	Garantias Processuais Cíveis dos Bens Transindividuais	Handel Martins Dias	0	0	17	21
	Estudos de Direito Internacional	Daniela de Oliveira Pires	37	0	0	0
	Interpretação Jurídico- Penal : Visão Hermenêutica do Concurso de Tipos Penais Incriminados	Norberto Flach	7	7	0	0
	Entre o Niilismo e a Metafísica do Fundamento: a desconstrução reconstrução reconstruída pela filosofia de Martin Heidegger (Diálogo com Nietzsche)	Mauricio Reis	0	7	0	0
	A violência estrutural contra a mulher	Raquel Fabiana Lopes Sparenberger	28	8	0	0
		Total	156	165	230	127

Fonte: Assessoria Acadêmica, jan. 2018

Em 2015, 2016 e 2017, ocorreu respectivamente o V, VI e VII Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito, com a participação de estudantes de faculdades e universidades de Porto Alegre e da região metropolitana (FMP, UNISINOS, UNISC, UNIVATES, FURG, FEEVALE, ULBRA, IESA, UFCSPA, PUCRS, UNIRITTER, entre outras). Os trabalhos foram selecionados para a apresentação oral e apresentação de pôsteres, representando grupos de pesquisa de diferentes IES, com a premiação dos melhores trabalhos.

O Laboratório de Iniciação Científica (LIC), através da publicação de um edital no início de cada semestre, seleciona estudantes voluntários a desenvolverem, com professores orientadores, atividades de iniciação

científica. A renovação dos pedidos de bolsas de pesquisa para estudantes que integram os grupos de pesquisa ocorre semestralmente, de acordo com editais, a partir da indicação da necessidade dos docentes da Faculdade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão foram desenvolvidas em colaboração com instituições vinculadas às áreas jurídicas, impactando no estreitamento de laços entre os estudantes, a Faculdade e a comunidade.

5.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

O foco para a avaliação desta dimensão direcionou-se aos aspectos que foram avaliados através do questionário aplicado aos docentes, discentes e corpo técnico administrativo:

- a) das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes;
- b) das políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, a exemplo dos estágios, monitoria, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, concursos e projetos sociais;
- c) dos mecanismos de estudos e análises dos dados sobre ingressantes e egressos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- d) da recepção dos estudantes acadêmicos com atividades do Programa Abraço;
- e) do nivelamento de ensino através dos Programas de Inovação Tecnológica: Doble, Plus e Gold;
- f) do desenvolvimento continuado e acompanhamento de egressos envolvendo-os em atividades acadêmicas.

A evolução dos ingressantes na Faculdade, desde 2006/2, evidencia o crescimento pela procura de vagas, a progressão de ingressantes via processo seletivo (vestibular) e extra vestibular (transferências e diplomados). A Faculdade vem acompanhando os dados relativos aos ingressantes por processo seletivo (vestibular), diplomados, transferidos, evasão e tempo médio de frequência no curso. Igualmente, acompanha os estágios obrigatórios e não

obrigatórios, monitoria, laboratório de iniciação científica e atividades de extensão e pesquisa.

Em matéria de nivelamento estudantil, houve a permanência no atendimento dos estudantes por meio das atividades do Laboratório de Ensino. O Laboratório tem por objetivo apoiar e nivelar o conhecimento com monitorias diárias de acadêmicos selecionados por edital, com carga horária semestral de 36 horas ou de 72 horas, sendo estes beneficiados com dois créditos mensais.

QUADRO N.º 20 – ACADÊMICOS MONITORES - 2015/2017

Semestre	Nº Monitores	Monitores Bolsistas
2015/1	33	24
2015/2	30	17
2016/1	35	18
2016/2	46	21
2017/1	42	19
2017/2	42	20

Fonte: NAP, jan. 2018

Em 2015, consolidou-se o Programa de Inovação Tecnológica que tem como objetivo a disponibilização de vídeo aulas para aprofundamento e nivelamento dos estudantes da FMP. Os programas se desenvolvem em três níveis de complexidade:

- FMP DOBLE: as aulas das disciplinas de 1º e 2º semestre são gravadas e podem ser assistidas de forma ilimitada pelos estudantes à distância;
- FMP PLUS: os alunos, a partir do 3º semestre, podem assistir 25% das aulas dos Cursos Preparatórios EaD, sendo possível visualizar duas vezes cada aula;
- FMP GOLD: gravação de palestras, seminários e cursos para acesso posterior dos alunos.

O Programa de Inovação Tecnológica também se amplia ao atendimento de estudantes com baixa visão. Estes são beneficiados com um *tablet* em que são instalados materiais jurídicos úteis para o curso.

g) As atividades inerentes à Mobilidade Acadêmica transcorreram ao longo de 2015, 2016 e 2017, conforme expresso abaixo.

QUADRO N.º 21 – NÚMERO DE ACADÊMICOS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE 2015 E 2017

Mobilidade Acadêmica	2015	2016	2017
Intercâmbio ROMA TRE	5	2	1
Intercâmbio com Portugal	3	4	9
Intercâmbio Mestrado em Portugal	4	0	0
Intercâmbio Doutorado em Roma	0	0	0
Intercâmbio Chile	0	1	0
Simulado Washington	0	1	1
Ensaio aberto competição de Mendonça	0	0	1
Outros			
Total	12	8	11

Fonte: Assessoria Acadêmica, Jan./2018

O Programa de Mobilidade Acadêmica acontece por meio de projetos. O Intercâmbio estudantil aconteceu em convênio com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Roma TRE e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - FDUL. O processo seletivo envolve a avaliação do desempenho do acadêmico e entrevista. Outro projeto que ocorre também anualmente é a seleção de estudantes para participar do curso intensivo do programa de verão de Bioética da Universidade de Yale, em New Haven, nos Estados Unidos.

Os acadêmicos da FMP têm se destacado na participação da *Interamerican Human Rights Moot Court Competition*, organizado pelo Law School, da Universidade de Washington. Essa competição trilingue conta com a participação de equipes de diversas faculdades de América do Sul, EUA, Europa, Canadá, entre outros. O evento é promovido pela American University

Washington College of Law e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e acontece na sede da universidade, em Washington. Cabe salientar a participação de estudantes em competições e simulados, dentre eles o USPMUN e o UFRGSMUN.

h) Do NAP – Núcleo de Apoio psicopedagógico passou por uma reestruturação em 2015. No período de um ano o trabalho foi voltado para revisão dos processos, e aprimoramento de práticas pedagógicas, aliadas aos desafios propostos pela instituição. A nova configuração tem sido efetiva, a medida que os projetos tem avançado e qualificado os processos de forma geral. O foco é no atendimento as demandas dos alunos e professores, desde a acolhida a suporte técnico dentro de cada área de atuação (Psicologia, psicopedagogia e Pedagogia).

Nos últimos 3 anos, houve a manutenção de projetos e a criação de novas propostas de programas e dinâmicas de atuação, dentre as quais, destacamos:

- desenvolvimento do Projeto Ciclo de Palestras Carreiras Jurídicas, relativo à difusão das carreiras jurídicas. A atividade de extensão englobou a realização de oito eventos, constituídos por mesas-redondas ou painéis, sucedidos de debates.
- orientações acadêmicas e psicossociais de acompanhamento estudantil;
- aconselhamento, orientação e ajuste de matrícula no período de janeiro a novembro;
- organização e acompanhamento de monitoria específica para a edição da disciplina de Desafios Jurídicos, nos anos de 2015 e 2016;
- organização do programa de capacitação docente;
- revisão e atualização dos Planos de Ensino da Graduação;
- organização e realização do Programa de Valorização à Vida com o desenvolvimento de quatro projetos envolvendo a comunidade acadêmica: Doe Sangue; Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Sustentabilidade; Diversidades;

- apoio aos órgãos da IES (Direção e Coordenação do Curso de Graduação, ao NDE e CPA, Diretório Acadêmico, Extensão, etc.);
- projetos de nivelamento: Doble – revisão dos conteúdos das aulas do primeiro e segundo semestre, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem; Simulados OAB, para aprimorar ainda mais o currículo e a formação do nosso aluno, a FMP, por meio da sua Coordenação de Avaliações Externas e auxílio do NAP, desenvolve atividade de simulação que contempla todos os conteúdos do Curso de Direito como uma forma de revisar todas as matérias trabalhadas ao longo do curso, considerando características do exame da ordem, e preparar nosso corpo discente para mais essa conquista, a aprovação na OAB;
- workshop Preparação para Bancas de Trabalho de Conclusão com o objetivo de Preparar de forma Técnica, Comportamental e Emocional, os acadêmicos formandos, para apresentação eficiente e tranquila do trabalho de conclusão de curso;
- projeto abraço: Acolhida semestral dos acadêmicos da graduação. Entrada do Núcleo de Apoio Psicopedagógico em sala de aula, apresentando um panorama de serviços e informações importantes sobre a FMP ou por meio de novos projetos. Em 2017, como já realizado em 2016, o acolhimento se expandiu para outros semestres, levando aos acadêmicos assuntos pertinentes ao estágio da sua formação.

São resultados da escuta ativa das demandas de atendimento dos nossos acadêmicos, especialmente por meio de avaliações, alguns dos projetos, a destacar:

- a) aula magna;
- b) acolhimento dos discentes ingressantes, favorecendo seu engajamento acadêmico e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem e de formação profissional;
- c) semana de Direitos Humanos da FMP: atividade desenvolvida pelo Centro Acadêmico Sophia Sturm (CASS);

- d) semana Acadêmica: esta atividade é uma atividade independente desenvolvida CASS na estrutura geral da IES. Entretanto, o seu diálogo com a direção e coordenação do curso é efetivo e permanente. Há incentivo financeiro repassado pela IES ao CASS para promover a sua realização;
- e) feira do Livro;
- f) programa de acompanhamento dos formandos e dos egressos com a realização de Simulados e oferta de Cursos de Preparação para OAB para alunos matriculados e egressos;
- g) reuniões do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso, Colegiado Superior, representantes discentes e da Comissão de Avaliação Institucional;
- h) operacionalização das ações inerentes ao Programa de Autoavaliação Institucional e elaboração de instrumentos de coleta de dados.
- i) consolidação de relatórios institucionais e encaminhamentos correspondentes;
- j) a discussão dos desafios culturais, jurídicos e políticos do combate à intolerância no Brasil.

5.4 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Na avaliação da Comunicação com a Sociedade, os focos de análise foram baseados nas questões disponibilizadas para este item, entre elas o uso das mídias digitais, o uso de tecnologias da informação e o uso dos murais da instituição:

- a) estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- b) imagem pública da instituição nos meios de comunicação social;
- c) funcionamento interno da Ouvidoria.

A análise da Comunicação Social evidenciou uma circulação mais ordenada das informações internas e externas, em especial, com a manutenção do jornal de informações acadêmicas e ampliação de ações nas redes sociais. No corredor de acesso aos andares e no elevador, um mural eletrônico apresenta notícias nacionais e internacionais emergentes e um mural

com informes acadêmicos. O *site* da FMP, renovado em 2017, gera de forma permanente conteúdos e notícias de interesse da comunidade acadêmica e aquelas de caráter legal. Destaca-se, ainda, que a avaliação da comunicação ampliou seu questionário de 5 para 9 itens analisados, visto as novas demandas e novas frentes utilizadas pela IES. Este aumento interfere no grau atribuído a comunicação, que ficou em 3,5. A comissão entendeu este grau pois ao possibilitar a avaliação precisa de cada tópico, tornou o grau mais coerente com a realidade, pois foi atribuído o grau 4,1.

Um dos focos do setor da Comunicação Social foi a parceria com os meios de comunicação para a divulgação dos projetos de extensão e cursos de extensão abertos à comunidade, que foi atribuído o maior grau de avaliação – 4,1 - dentre eles os projetos permanentes: Fronteiras Jurídicas, Carreiras Jurídicas, Semana Acadêmica, Jornadas Interdisciplinares e Programa de Valorização à Vida, que são sistematicamente divulgados nos principais jornais de circulação do Estado.

A divulgação do Curso de Graduação para a comunidade ocorre, especialmente, pelo projeto Feira de Profissões, em parceria com as escolas de Ensino Médio da rede pública e privada. A Faculdade oferece palestras com professores e estudantes da Graduação para a apresentação das carreiras jurídicas as escolas parceiras. Nessa atividade, em 2015, foram realizadas 12 palestras, e a instituição esteve presente em 7 eventos de Feiras de Profissões. Já o Programa de Pós-Graduação utiliza canais de comunicação próprios, a fim de favorecer a comunicação entre os seus interlocutores, no âmbito dos órgãos da administração pública, que são os maiores divulgadores dos cursos. A comunicação expandiu seus projetos, lançando em 2016 e 2017 as boas vindas aos estudante por meio de atividades de integração e acolhida, da mesma forma que no dia do estudante. Para manter uma comunicação mais próxima e assertiva, desenvolveu o projeto Central de Contatos, com o objetivo de acompanhar a satisfação dos alunos, quando do atendimento de suas demandas, via protocolo (presencial ou *on line*).

Além disso, na IES há a utilização de diversos instrumentos de interação com os estudantes: *e-mail*, torpedos, publicações de notícias no site, posts na página da FMP no *Facebook*, *posts* no perfil da FMP no *Twitter*, cartazes em murais, avisos em sala de aula, pelo *datashow* de datas de eventos com inscrições abertas. Em relação às redes sociais, constata-se um crescimento

do número de acessos a página da FMP no *Facebook* e de compartilhamento das postagens da FMP.

A Ouvidoria recebe estudantes, professores e colaboradores. Tem se destacado por cumprir com a sua atribuição de proporcionar um espaço eficiente de comunicação com a estrutura da Faculdade, aprimorando processos e relações institucionais. Dentre elas, destaca-se a instalação de uma sala própria com funcionamento no 9º andar da FMP. Como aspecto positivo destaca-se a implementação do TOTEN como canal de comunicação, da ouvidoria que ainda passou a ter mais esta ferramenta para aproximar o estudante, o docente e a comunidade em geral da IES. No TOTEN há a possibilidade do usuário encaminhar sua demanda diretamente para a ouvidoria. Ele está disponível em dois andares da instituição e foi desenvolvido por *software* próprio.

5.5 CONSIDERAÇÕES

Em relação ao ensino, desenvolveu-se atividades com os docentes referentes à prática didático-pedagógica, a utilização de metodologias ativas e a sistemática da avaliação da aprendizagem foram destaques. Em relação à pesquisa, foram ampliadas as atividades de integração dos grupos de pesquisa da Graduação com os eventos da Pós-Graduação. Ademais, percebeu-se um incremento no número de publicações de docentes em periódicos nacionais e internacionais. O Laboratório de Iniciação Científica busca incentivar o desenvolvimento de habilidades de iniciação à pesquisa científica desde os primeiros semestres da graduação. As atividades de Extensão promovem de forma sistemática e plural a discussão de temas da atualidade jurídica.

As políticas de atendimento ao estudante se diversificaram com as atividades do Laboratório de Ensino, participação de estudantes em competições nacionais, internacionais e em intercâmbios, simulados e preparação para o exame da Ordem dos Advogados.

A pesquisa esteve em ênfase, no sentido de revisão e realinhamento de todos os níveis de ensino vinculados às linhas de pesquisa do curso de Mestrado. A qualidade será o resultado desse trabalho. A produção acadêmica ganhará novos participantes que contribuirão com a instituição e com sua própria formação acadêmica.

Destacam-se, também, as atividades de acolhimento do calouro (Projeto Hiato), a Feira do Livro anual, as atividades culturais de integração do corpo discente e docente através da expressão musical, poesias e rodas de chimarrão (Projeto Talento x Prova), o atendimento e apoio psicopedagógico a estudantes com dificuldades acadêmicas, sociais, psicológicas, econômicas e familiares, realizadas pelo NAP.

No triênio, qualificou-se a comunicação da comunidade acadêmica com a CPA, através da implantação de um Totem, que possibilita o incremento de mais um canal direto e permanente de comunicação com a CPA.

A Faculdade se comunica de forma direta e familiar com o público interno. Para a comunicação com a sociedade usa a imprensa aliada às mídias digitais local, regional e estadual.

Avanços:

- a) incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de variados cursos de extensão presencial e EaD, atividades culturais e transdisciplinares;
- b) aumento da produção científica docente em revistas nacionais e internacionais;
- c) publicações eletrônicas produzidas pelo corpo docente na forma de E-book ;
- d) melhoria nos processos de planejamento anual das atividades;
- e) realização do Salão de Iniciação Científica da FMP;
- f) seminário Nacional de Tutela à Efetivação de Direitos Indisponíveis;
- g) realização da Feira do Livro anual;
- h) as novas parcerias internacionais e a participação de estudantes em programas de intercâmbio internacional;
- i) incentivo intelectual e econômico para estudantes na participação de concursos e seminários nacionais e internacionais;
- j) o Programa Abraço no acompanhamento a estudantes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, egressos ou questões relacionadas à saúde psíquica, social ou familiar;
- k) o Programa de Inovação Tecnológica com a edição de vídeo aulas;
- l) o investimento na Comunicação com o estudante: Totem para comunicação com a Comissão Própria de Avaliação;

- m) aumento no número de inscritos nas atividades de extensão;
- n) interatividade com os seus acadêmicos, professores e público externo;
- o) a implantação do novo site.

Desafios:

- a) consolidar o investimento em atividades de nivelamento utilizando-se dos programas de apoio ao discente e programas de inovação tecnológica;
- b) ampliar as ferramentas de EaD para a Graduação.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO

QUADRO N.º 22 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO IV

EIXO 4	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2015/2017
As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho	Programa de Formação Continuada	Promoção de eventos para docentes e colaboradores técnico-administrativos; Cronograma e controle de participação para treinamentos internos e externos; Desenvolvimento de habilidades técnicas e perfis comportamentais; Promoção de encontros motivacionais semestralmente
	Programa de educação continuada	Criação de projeto para a implementação de ferramentas tecnológicas de educação à distância; Qualificação de Professores para EaD; Qualificar funcionários para apoio na realização de projeto de Valorização à Vida;
	Plano de Carreira do Corpo técnico-administrativo	Em revisão final do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo; Revisão enquadramentos dos colaboradores no Plano de cargos e salários;

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	Incremento às atividades dos órgãos colegiados	Participação do Colegiado de Curso, NDE, CPA e Colegiado Superior nos processos decisórios.
	Revisão dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC)	Projeto de reformulação dos documentos.
Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	Programa de fortalecimento dos negócios	Aumento da oferta de cursos e expansão para modalidade EaD
	Programa de redução da inadimplência	Redução dos índices de inadimplência
		Monitoramento semestral da inadimplência, da frequência e aproveitamento com geração de relatórios sistematizados
		Criação de espaço de negociação para os inadimplentes, recorrendo à terceirização da cobrança somente após esgotada a negociação
		Captação de parcerias e serviços qualificados para a realização de ações e atividades que impactam socialmente

6.1 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICAS DE PESSOAL

A avaliação da CPA quanto à política para pessoal, estabelecida no PDI 2015/2019, destaca:

- a) as políticas de pessoal – recrutamento, seleção, admissão, acolhimento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, na área administrativa;
- b) os planos de carreira, regulamentação para o corpo docente e implantação para o corpo técnico-administrativo – em termos de critérios de admissão e progressão;
- c) os programas, projetos e relatórios gerenciais de qualificação e desenvolvimento profissional para o corpo docente e o técnico-administrativo;
- d) o clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional;
- e) as atividades de melhoria do ambiente físico destinado à administração da Faculdade para o atendimento à pesquisa, à extensão e aos professores de tempo integral;

Considerando os princípios básicos que regem o Plano de Carreira Docente, a CPA observa:

- a) a valorização da qualificação docente decorrente de cursos de formação;
- b) a profissionalização, entendida como dedicação à docência.
- c) a paridade de remuneração para os docentes ingressantes de carreira, com qualificação análoga;
- d) a progressão na carreira, mediante promoção obtida pela titulação;
- e) o estímulo ao professor para o exercício eficaz das funções docentes;
- f) a possibilidade de recrutamento e manutenção de profissionais de reconhecida competência.

Na intenção de qualificar o corpo docente e atender as orientações do SINAES, novamente foi ampliada a carga horária de professores que

dispunham de maior titulação com a finalidade de incentivar a produção científica. Em relação ao apoio à formação continuada, foram realizadas reuniões de Colegiado de Curso com a finalidade de ampliar as discussões e reflexões referentes à avaliação da aprendizagem, a incorporação gradual de metodologias ativas e de atividade interdisciplinares no currículo da graduação.

A partir dos resultados da avaliação institucional, a IES identificou a importância de dar continuidade à formação de professores com a rediscussão do Projeto Político Pedagógico do Curso e da matriz curricular nas reuniões do NDE.

Em relação às políticas de recursos humanos, o Plano de Cargos e Salários dos colaboradores técnico-administrativos foi implementado em março de 2013. Destacam-se os seguintes benefícios:

- a) programa de incentivo educacional para colaboradores selecionados que têm mais de um ano de vínculo Institucional: 80% de reembolso do investimento em curso técnico, de Graduação ou Pós-Graduação; em 2015, 14 colaboradores foram contemplados; em 2016, foram 12 beneficiados; em 2017 15 colaboradores tiveram o benefício educacional e em 2017, o incentivo foi expandido para o Ensino Fundamental e Médio;
- b) participação de colaboradores em cursos de aperfeiçoamento externos à instituição, envolvendo um terço dos colaboradores, em 2016. Houve incremento no número de horas de atividades de treinamento em cursos de aprimoramento e capacitação de colaboradores em 2017, aproximadamente, 1572 horas de atividades. Intensificou-se o investimento em treinamentos como forma de desenvolver as competências das equipes;
- c) conforme Ato Normativo da Fundação 001/2009, o colaborador da FMP tem direito a descontos especiais para cursar a Faculdade de Direito, os cursos de Pós-Graduação, os Cursos Preparatórios e demais cursos que a instituição venha a ofertar; em 2015, 14 colaboradores foram contemplados; em 2016, além de 8 colaboradores utilizaram diretamente este benefício, 7 dependentes de colaboradores usufruem

da bolsa prevista no Ato Normativo. Em 2017, foram 14 colaboradores beneficiário e 7 dependentes.

- d) incorporação da metodologia de Seleção por Competências e Programa de Desenvolvimento de Lideranças;
- e) outros benefícios: Criação do Programa FMP Fitness com o reembolso de 80% do custo com as mensalidades de suas academias. Inclusão dos dependentes no plano odontológico Uniodonto e reajustes nos benefícios de Vale Alimentação e Refeição. Previdência privada e plano de saúde para colaboradores e dependentes.

Em 2017 também neste sentido, foi finalizado o processo de atualização do plano de carreira docente, a fim de contemplar a atenção aos novos níveis de ensino que a Instituição ocupou-se (mestrado e especialização EaD), observando assim os quesitos como produção acadêmica e tempo de vínculo para enquadramento e promoção.

Vale ressaltar que, em 2016 e 2017, a Instituição/Mantenedora participou do *Great Place Tho Work (GTPW)*, que consiste numa pesquisa de clima institucional que busca avaliar e mensurar a percepção dos colaboradores quanto as práticas da Instituição. Com a finalidade de ratificar o bom ambiente de trabalho da FMP, que foi e é construído constantemente através do investimento no quadro pessoal e também auxiliar na formulação de ações mais efetivas junto aos colaboradores, complementando a pesquisa que a CPA realiza junto ao corpo administrativo. Em 2016, esta avaliação contou com a participação de 89 profissionais da FMP, entre docentes e corpo administrativo, e a nota da obtida foi de 69 (num total de 100). Em 2017, esta avaliação contou com a participação de 98 profissionais da FMP, entre docentes e corpo administrativo, e a nota da obtida foi de 72 (num total de 100), conquistando lugar entre as 45 Melhores Empresas para se Trabalhar no RS.

QUADRO N.º 23 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE COLABORADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (2015/2017 – 1.º E 2.º SEM.)

CATEGORIA PROFISSIONAL	PERÍODO					
	JUN 2015	DEZ 2015	JUN 2016	DEZ 2016	JUN 2017	DEZ 2017
Funcionários	61	60	60	59	66	73

Fonte: Setor de Recursos Humanos, jan. 2018

Desde 2012, o método de aplicação da avaliação institucional foi alterado, passando do formulário físico para o virtual, acrescentando maiores garantias quanto ao anonimato dos colaboradores e possibilitando maior participação crítica. O grau de satisfação dos respondentes, em relação à avaliação da Faculdade como um todo, está expresso no Quadro n.º 23:

QUADRO N.º 22 – GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS ACADÊMICOS E DOCENTES DA FACULDADE⁷

RESPONDENTES		2015	2016	2017
ACADÊMICOS	DIURNO	4,1	4,1	4,1
	NOTURNO	4,1	4,1	4,1
DOCENTES		4,0	4,1	4,1

Fonte: Relatórios CPA, jan. 2018

Observa-se que o grau de satisfação dos acadêmicos e docentes se mantém na média, havendo pequena alteração no processo temporal. Assim como ocorreu com os funcionários, a alteração do método de aplicação da Avaliação Institucional possibilitou este retorno mais qualificado e efetivo. A alteração do grau de satisfação pode estar relacionada às melhorias da estrutura física da FMP, quesito sempre apontado por docentes e discentes como fragilidade nas avaliações anteriores e que vem sendo qualificada ano a ano para melhor atender a comunidade acadêmica.

⁷ O grau médio é calculado por uma escala de 5 pontos, sendo 5,0 o grau máximo.

6.2 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP

Os objetivos e as metas da instituição estabelecidos em função dos compromissos do PDI e nos projetos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação foram:

- a) a organização e a gestão da Faculdade, em especial quanto ao funcionamento e à representatividade do corpo docente, administrativo e discente nos colegiados;
- b) a participação efetiva dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- c) a elaboração e o desenvolvimento do Plano Estratégico da Mantenedora como instrumento que, além de atender à demanda institucional, favorecesse a otimização e a racionalização das atividades acadêmicas e administrativas;
- d) incentivo à produção científica e à organização do projeto do curso *Stricto Sensu*.

Durante o período avaliativo 2015-2017, de acordo com os planos institucionais, os objetivos foram revisitados para a busca da qualidade administrativa e educacional, com ênfase nos seguintes propósitos:

- a) dar continuidade à qualificação dos colaboradores e professores;
- b) garantir o equilíbrio financeiro das atividades da Faculdade;
- c) dispor de canais de comunicação eficientes com a sociedade e com o público interno;
- d) aprimorar e dar continuidade aos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos;
- e) favorecer o processo de ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento de competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso;
- f) manter reuniões pedagógicas para identificar deficiências, visando à formação de profissionais da área jurídica;
- g) conhecer a comunidade onde a instituição está inserida, a fim de propor soluções às suas necessidades, incluindo o estímulo cultural;

- h) consolidar a atuação como agência educacional a favor do desenvolvimento local e regional;
- i) expandir o acervo da Biblioteca e atualizar o sistema *Pergamum*;
- j) aumentar o número de convênios com instituições da região e do Estado;
- k) legitimar a importância do ENADE na consolidação dos princípios educacionais;
- l) dar continuidade à relação da faculdade com as escolas públicas e privadas;
- m) aumentar o número de parcerias nos projetos que envolvem o Núcleo de Práticas Acadêmica;
- n) Incentivo aos professores à publicação de artigos e livros.

Na análise dos relatórios, foi possível observar a atuação do Colegiado Superior, bem como a plena e efetiva atuação do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, de caráter reflexivo e propositivo. Estes aspectos foram avaliados e observados pela Comissão de Avaliação Externa de Recredenciamento de 2010, que assim se manifestou:

[...] a gestão institucional da IES apresenta uma estrutura simples. Sua administração é exercida pela Direção Superior, pela Diretoria. A Direção Superior representa o órgão deliberativo superior e integrador da IES, e tem a responsabilidade de deliberar sobre as atividades administrativas, pedagógicas, acadêmicas, disciplinares e recursais, bem como as relações com a comunidade. O Colegiado de Curso representa o órgão de natureza consultiva, integrando a administração dos cursos envolvidos. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) encontra-se ligado aos órgãos administrativos da IES, atuando de forma participativa nas atividades acadêmicas. O Núcleo Docente Estruturante foi constituído conforme os dispositivos legais, com participação efetiva na avaliação do Projeto Pedagógico de curso. Existe autonomia na relação com a mantenedora que garante aos dirigentes da IES poderes para a tomada de decisões que viabilizem a qualidade das atividades institucionais. (Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010)

A partir da análise de documentos e relatórios, percebeu-se êxito na efetivação e avaliação dos objetivos e compromissos com o Projeto Pedagógico do Curso, principalmente pela ação do NDE e dos colegiados. O trabalho do NDE teve repercussão positiva no corpo docente e facilitou as ações da Coordenação do Curso. Igualmente, os membros do NDE trouxeram críticas e sugestões passíveis de serem aprimoradas e implementadas,

atinentes às questões curriculares e acadêmicas. Os docentes com atividades no NDE realizaram reuniões para tratar das questões de ensino.

Também foi reconhecida a importância de atender às expectativas de participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. A boa representação docente e discente nas reuniões respaldou e orientou as ações da gestão acadêmica.

Por esse processo avaliativo, destacam-se:

- a) a qualidade pessoal e profissional do corpo docente;
- b) agilidade na solução dos desafios;
- c) a atuação ativa dos colegiados;
- d) a união dos setores administrativos e acadêmicos;
- e) a atuação da Ouvidoria;
- f) a organização do projeto de mestrado e o incentivo às publicações;
- g) a implantação do Totem da CPA;
- h) a participação ativa da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso nos processos avaliativos e de integração.

A provisão financeira da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, na área de Ensino, provém dos Cursos de Graduação em Direito e de Pós-Graduação nas diversas áreas jurídicas, Cursos de Atualização e Cursos de Preparação às Carreiras Jurídicas presenciais e, recentemente, na modalidade EaD.

Em 2015, passados nove anos do ingresso da primeira turma de estudantes da graduação, a Faculdade tem nove turmas de diplomados, totalizando 425 egressos. Em 2016, a Faculdade totalizou doze turmas de diplomados, totalizando 545 egressos. Em 2017, a Faculdade conta com 669 egressos. O Curso de Graduação em Direito contava, em final de dezembro de 2016, com oitocentos e sessenta e um estudantes matriculados. (Fonte: Relatório GV College em 31/12/2017).

6.3 EVIDÊNCIAS QUANTO À DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O foco da dimensão sustentabilidade financeira, para a Faculdade, tem o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior, em termos de:

- a) políticas de captação e alocação de recursos;
- b) políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão e melhorias de infraestrutura.

A estratégia de gestão econômico-financeira obedece à legislação vigente sobre o assunto. A entidade mantenedora é responsável, perante as autoridades e o público em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da legislação, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos.

Os orçamentos do triênio foram apreciados e aprovados, anualmente, pelo Colegiado Superior e pela mantenedora. Destaca-se, nesse particular, a independência e previsão de investimentos na qualificação docente, do acervo da Biblioteca, estímulo à atividade de pesquisa, extensão, implantação da plataforma Moodle, qualificação da infraestrutura para atenção às políticas de acessibilidade, além de incremento nos investimentos globais do curso.

Considerando as disponibilidades financeiras, assegurando a Dimensão Sustentabilidade Econômica, na qualidade de instituição sem fins lucrativos, no ano de 2015 e 2016, respectivamente, foi possível contemplar significativo número de estudantes, bem como destinar 6,36% e 5,57% do percentual do faturamento à concessão de bolsas. Em 2017, foi possível contemplar significativo número de estudantes, bem como destinar 4,56% do percentual do faturamento anual à concessão de bolsas.

A sistematização de dados de ordem técnica, acadêmica e administrativa, realizadas ao longo dos últimos três anos (2015 - 2017), contribuiu para o avanço da qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica em geral.

A implementação do sistema de avaliação de desempenho do colaborador que prevê a avaliação anual pela sua chefia imediata e sua autoavaliação ampliou a comunicação dos colaboradores com suas respectivas chefias. Esta avaliação considera os aspectos técnicos da função do cargo, postura ética, habilidades e atitudes.

6.4 CONSIDERAÇÕES

Relativamente à gestão acadêmica, merecem destaque:

- a) os resultados alcançados no Exame da Ordem, com o recebimento do selo de qualidade OAB RECOMENDA, como eixo importante de avaliação externa do curso e a busca na manutenção deste índice;
- b) a melhoria das ações que favorecem a integração do nível operacional com o estratégico nos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos;
- c) a consolidação do programa de Mobilidade Acadêmica, através de nova dinâmica de propagação;
- d) a perpetuação do Programa de Valorização à Vida, com foco em ações de Responsabilidade Social e Cidadania;
- e) as melhorias na área física, atendendo ao Projeto de Acessibilidade do Programa de Valorização à Vida, bem como o atendimento das demandas da comunidade acadêmica;
- f) o acompanhamento do Plano Anual de Ação da Faculdade, com maior participação e envolvimento do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, no planejamento e acompanhamento dos projetos previstos no PDI 2015-2019;
- g) o canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e a gestão por meio da Ouvidoria;
- h) a implementação do Mestrado e de infraestrutura para o funcionamento de cursos na modalidade EaD;

- i) o planejamento e controle financeiro vêm apresentando resultados favoráveis, garantindo a sustentabilidade financeira da IES.

Potencialidades:

- a) a atribuição do conceito final 5 (CINCO), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade no processo de renovação de Reconhecimento do Curso (Dezembro, 2014);
- b) a participação dos estudantes no ENADE (Novembro, 2015) e o compromisso já fixado para 2018;
- c) a recomendação formal da qualidade do curso pela OAB (Dezembro, 2015);
- d) a apreciação e aprovação do curso de Mestrado Acadêmico pelo MEC;
- e) a aprovação do projeto de credenciamento da oferta de cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* na modalidade de ensino à distância e adequação da infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de extensão EaD;
- f) continuidade da formação do corpo docente desenvolvida pela Coordenação do curso e NAP;
- g) sustentabilidade financeira, como característica transversal das ações de política institucional.
- h) crescente reconhecimento da comunidade acadêmica em relação aos investimentos realizados pela IES;
- i) o amplo atendimento da Direção e Coordenação do Curso ao corpo docente, discente e, também, corpo técnico administrativo atuante junto as frentes acadêmicas.

Desafios:

- a) prosseguir com a qualificação progressiva da integração dos processos técnico-administrativos e acadêmicos.

7. INFRAESTRUTURA

QUADRO N.º 25 – PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS: EIXO V

EIXO 5	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS
Infraestrutura física, especialmente a de pesquisa, biblioteca, recursos de informática e comunicação	Incremento às atividades da Biblioteca.	Ampliação do acervo e qualificação do acervo digital
	Ampliação do espaço físico e virtual	Espaço físico para atividades do PAJE – Procon
		Instalação da Plataforma Moodle.
	Acessibilidade	Adequação do espaço aos deficientes visuais (Identificação das salas em braile e piso tátil)

7.1 EVIDÊNCIAS PERCEBIDAS QUANTO À INFRAESTRUTURA FÍSICA

O histórico da Fundação Escola Superior do Ministério Público revela constantes investimentos, na ampliação do ensino, resguardando a garantia da sustentabilidade financeira. A mantenedora segue investindo na adequação de suas estruturas. Na análise das observações da Autoavaliação Institucional - 2015, o grau médio de satisfação geral, em relação aos serviços da Biblioteca, foi de 3,7. Os estudantes avaliaram positivamente o atendimento prestado pelos colaboradores e o horário de funcionamento da Biblioteca (4,3 e 4,1). A Biblioteca vem se preocupando com a conservação do atual acervo e sua atualização constante.

Relativo ao apoio à pessoa com deficiência, uma comissão foi formada com representantes do corpo docente, discente e de colaboradores. Esta comissão acompanha um conjunto de melhorias de infraestrutura, já implementadas pela IES, tais como: instalação de piso tátil em todos os andares; instalação de bebedouro para cadeirante, nos andares 6º, 7º e 12º; adaptação do banheiro feminino para utilização de cadeirantes, no 6º andar; adequação banheiros (retirada de obstáculos, instalação de espelhos para cadeirante, alteração de portas, instalação de apoio próximo ao sanitário), nos andares 12º, 7º e 6º; instalação de placa de identificação de WCs para

cadeirantes no 7º andar; adaptação de mesa para cadeirante (instalação de rodízios - 2 unidades); rebaixamento do tablado do auditório localizado no 7º andar; instalação de fitas luminosas nas vidraças, para pessoas com baixa visão; retirada de obstáculos no 12º andar; adaptação de mesas da Biblioteca para acesso de cadeirantes; e elevadores sinalizados com braile e sistema sonoro.

Em relação à dimensão da infraestrutura, destacaram-se em 2015, 2016 e 2017:

- a) redimensionamento (adequação e reforma) da infraestrutura física que dá suporte às salas de aula e salas de aula EaD;
- b) qualificação da infraestrutura com significativo investimento para atenção às políticas de acessibilidade;
- c) a ampliação do espaço de atendimento dos acadêmicos e do espaço de convivência para funcionários;
- d) o incremento de investimentos em recursos tecnológicos para as atividades de ensino à distância;
- e) a ampliação, reforma e compra de materiais permanentes e equipamentos para o funcionamento do Mestrado Acadêmico;
- f) adequação de sala e aquisição de equipamentos para o Escritório Modelo e atendimento da central do Procon/RS;
- g) a aquisição do conj. 1101 -11º andar, tem objetivo de implantar mais duas salas de aula e atender o NEAD – Núcleo de Educação à Distância;
- h) implantação do Escritório Jurídico, com infraestrutura completa;
- i) implantação do Escritório Modelo, com infraestrutura completa;
- j) adequação e reforma dos banheiros do 6º, 7º e 8º andares;
- k) implantação de uma sala de atendimento psicológico aos funcionários com infraestrutura completa;
- l) reforma e ampliação do palco do auditório proporcionando um espaço mais amplo para acomodar os palestrantes;
- m) qualificação do serviço terceirizado do Xerox;

- n) implantação de um ambiente com toda infraestrutura para atendimento ao ensino à distância.

Conforme estabelecido no PDI, no PPI e no PPC do Curso de Graduação e Cursos de Pós-Graduação em Direito, a infraestrutura física aproxima-se para atender às necessidades de desenvolvimento e aprimoramento do estabelecido, visto que a mudança resultou no aumento do grau da avaliação de 2015 a 2017, subindo a média de 3,5 para 3,6.

7.2 CONSIDERAÇÕES

Levando em consideração o reconhecimento da Comissão de Avaliação Externa, as respostas aos questionamentos dos usuários, em relação ao grau de satisfação do serviço, a Biblioteca se mantém permanentemente com as melhorias ao longo dos anos, principalmente em relação à qualidade e à atualização de seu acervo tendo um percentual de crescimento de 10,9% ao ano.

O Escritório Jurídico é um espaço profissional com a infraestrutura completa, que proporciona aos egressos da graduação regularmente matriculado em nossos cursos de *lato sensu e stricto sensu*, um espaço para atender seus clientes. Um ambiente inédito entre as instituições de ensino.

O Escritório Modelo foi criado em função das atividades do Núcleo de Práticas Acadêmicas (NPA) do curso de graduação em Direito Bacharelado. NPA tem vários projetos e convênios de prática jurídica real. Os principais projetos e convênios são: atendimento aos funcionários da Santa Casa, Procon do Rio Grande do Sul, Câmara de Mediação e Balcão do Consumidor.

As salas de aula contam com recursos de computador e projetores (*datashow*), além de sonorização, climatização e pontos para acesso à rede elétrica e *wireless*. A IES vem investindo na qualificação da sua infraestrutura

para a estruturação do ensino à distância e na ampliação de espaços para atender mais alunos, entre os cursos de graduação e pós-graduação.

Avanços:

- a) biblioteca segue parâmetros de qualidade, atualizando o acervo de acordo com as Bibliografias indicadas nos Planos de Ensino. A Biblioteca também recebeu os avanços na infraestrutura como a troca do o balcão de atendimento e a implantação de um armário com 20 espaços, para guarda de materiais dos alunos;
- b) manutenção dos espaços físicos da Faculdade.
- c) publicações eletrônicas de materiais didáticos organizados por professores da Faculdade;
- d) investimento em infraestrutura para a implementação de atividades EaD (plataforma Moodle, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede Wireless);
- e) investimento na ampliação e reforma da infraestrutura para a implantação do Mestrado;
- f) investimento em equipamentos e materiais permanentes para dar suporte as atividades de ensino;
- g) a implantação do Escritório Jurídico, ambiente profissional com toda infraestrutura;
- h) a implantação do Escritório Modelo, localizado no 8º andar, com a finalidade de atender as demandas dos consumidores, inicialmente para acadêmicos e colaboradores da FMP;
- i) a implantação de mais um armário – guarda volume, no 12º andar, para ser utilizado pelos alunos;
- j) a implantação de dois armários – guarda volume, 7º andar, para ser utilizado pelos alunos;
- k) a criação de um lounge no 7º andar com objetivo de oferecer mais um espaço de convivência aos alunos da Instituição;
- l) a troca dos aparelhos de sonorização das salas de aula do 7º e 12º andares;

- m) a colocação de uma parede no setor da TI criando um novo espaço para o setor do NEaD;
- n) aquisição e instalação de dois aparelhos de ar condicionados para a melhoria de climatização nos ambientes;
- o) implantação dos mapas temperatura nas salas de aula;
- p) reforma no arquivo do Registro Acadêmico, localizado no 9º andar, para atender o armazenamento de documentos e registros acadêmicos;
- q) troca das torneiras temporizadores, em todos os banheiros, com objetivo de otimizar o gasto de água e padronizar as mesmas;
- r) troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de led nas salas de aula do 7º e 12º andar. Pois possuem maior durabilidade, baixo índice de aquecimento e como toda a energia utilizada é convertida em luz elas são mais econômicas, e por isso mais sustentáveis;
- s) investimento em câmeras de monitoramento, equipamentos e softwares.
- t) implantação de um ambiente de convivência para os alunos do mestrado, no hall de entrada do 10º andar;
- u) investimento na área de serviços gerais e manutenções, com a contratação de um profissional para manutenção e um espaço exclusivo para a área, localizado no 12º andar;
- v) programa de Treinamento para a equipe de serviços gerais.

Desafios:

- a) Analisar e planejar propostas para a manutenção preventiva e efetiva de todo aparato tecnológico, dos espaços físicos e dos recursos materiais da instituição. Evitar as atitudes reativas, geralmente demandas pelo corpo docente.

12 SÍNTESES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram significativos os resultados alcançados na renovação do Reconhecimento do Curso, nos índices de aprovação nos Exames de Ordem, que destacou a Faculdade com o selo OAB RECOMENDA, sendo considerada, por esta avaliação, uma das melhores instituições privadas de ensino jurídico do Rio Grande do Sul e a única privada, na região metropolitana. Complementa esta qualidade a aprovação do curso de Mestrado e no credenciamento para Especialização EaD. Ao longo dos 3 últimos anos, a FMP trabalhou para a manutenção das conquistas e buscou aprimoramento das práticas de ensino, considerando todas as dimensões de atuação da IES. Destacamos também o Guia do Estudante que garantiu as 5 estrelas, nota máxima, e excelência em instituição especializada. Em termos de pessoal técnico administrativo e corpo docente, o ano de 2017 teve como evidência a participação da FMP no ranking das 45 melhores instituições para trabalhar no Rio Grande do Sul, condição premiada pela GPTW (Great Places To Work). Tal premiação referencia a instituição que se aprimora tanto para seus alunos, quando para seus colaboradores.

A busca pela excelência e qualidade é traduzida pela instituição, também, na importância que se dá aos processos avaliativos, externos e internos. Inovamos e avançamos criando canais de comunicação cada vez mais assertivos, que nos permitem identificar rapidamente demandas e criar uma plano de ação para intervenção prudente e responsável. No que tange a esfera do ensino, a autoavaliação dos docentes, dos discentes e concluintes identificou a importância da implantação das adequações propostas na matriz curricular expressas neste documento. Permitiu, também, a identificação de informações importantes para a qualificação do atendimento ao estudante, na maior integração entre os setores e na formação continuada de docentes e colaboradores.

Considerando os desafios enfrentados administrativamente com os ajustes do quadro funcional, a ampliação da infraestrutura da faculdade para atender maior número de estudantes, o envolvimento da gestão na revisão dos documentos institucionais com orientações acadêmicas e administrativas, foi realizada a atualização do PDI, com a definição das ações e dos compromissos da Faculdade até o ano de 2019. Este plano atualizado exigiu a reorganização

e atualização também dos demais documentos institucionais com vistas a auxiliar a busca dos compromissos assumidos no PDI.

A FMP tem no PDI seu documento norteador e realiza suas ações estratégicas com base no que foi planejado para o crescimento e qualificação da ação formativa. Considerando-se sempre as dimensões de atuação e os eixos definidos pelo Ministério da Educação e Cultura. A partir desse documento e dos relatórios de avaliação parciais e integrais, a FMP constrói o plano de ação anual.

Sobremaneira, o Mestrado Acadêmico, assegura a consolidação das metas institucionais em relação aos seus anseios na oferta de uma formação jurídica de qualidade à sociedade gaúcha. Alinha-se a isto a oferta, cada vez mais rica de cursos de especialização na modalidade EaD, extinguindo a fronteira física outrora imposta à instituição e permitindo a renovação dos processos e métodos institucionais. O ensino à distância, como modalidade ou como metodologia está cada vez mais presente, sendo pensado e trabalhado como ferramenta inovadora de ensino.

Digno de nota, também, é o crescimento semestral do número de ingressantes por meio de vestibular, a sustentabilidade financeira da IES, com aprovação do orçamento a vigorar no ano de 2018, denotando que a FMP vem correspondendo ao anseio social e se projetando no espaço acadêmico estadual. Justifica-se tal destaque frente à realidade social do país e do estado do Rio Grande do Sul que, em certo modo, destoa do cenário socioeconômico nacional.

Com o planejamento anual decorrente da atualização do PDI (2015-2019), traduzido em Plano de Ação Anual, registra-se o cumprimento das ações previstas e o crescimento quanti e qualitativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizadas em consonância com a Missão da IES. Considerando o panorama institucional avaliado, altamente positivo, há consciência dos desafios que se apresentam, tanto em termos de manutenção quanto avanços significativos ainda possíveis de serem alcançados. Nesse sentido a relevância de serem indicadas soluções e alternativas incorporadas ao Plano de Ação Anual.

Os avanços e a implementação do planejado, até 2017, revelam preocupação com as exigências que dão sustentação às propostas educacionais e de uma gestão inovadora. Fica assegurado, com isso, o

persistente e contínuo compromisso com os estudantes que cursam na FMP a Graduação e a Pós-Graduação, assegurando a continuidade no nível de excelência na formação e na qualificação de profissionais do Direito. Sob este prisma, é possível afirmar que a Faculdade vem confirmando as expectativas geradas pela comunidade em geral quando de sua implantação, no sentido de ser uma referência na formação jurídica e cultural diferenciada e de grande relevância no espaço que é destinado para sua atuação, além de manter-se alerta aos ditames institucionais e às exigências qualitativas estabelecidas pelos SINAES e outros órgãos federativos.

Por outro lado, a construção de banco de informações e de indicadores focados em linhas de tempo para cada uma das dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, certamente favorecerão atividades institucionais ainda mais consistentes e produtivas.

Porto Alegre, março de 2018.


Luís Augusto Stumpf Luz
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação